



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 013

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE MARÇO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Dominigos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 013**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Requerimentos	03
Projetos de Lei	11
Pequeno Expediente:	
Dep. Barbosa Neto	12
Dep. Elton Carlos Welter	13
Dep. José Domingos Scarpellini	13
Dep. Neivo Beraldin	14
Horário das Lideranças:	
Liderança do Bloco PP/PSB	
Dep. José Domingos Scarpellini	15
Liderança do PDT	
Dep. Barbosa Neto	16
Liderança do PT	
Dep. Elton Carlos Welter	17
Liderança do PSDB	
Dep. Ademar Traiano	18
Liderança do PMDB	
Dep. Elza Correia	20
Liderança da Oposição	
Dep. Valdir Rossoni	20
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	22
Discussão / Votação:	
Redação Final	22
2ª Discussão	22
Discussão Única (Proposições)	23
Requerimentos	28
Encerramento da Sessão Ordinária.....	29
Transcrições	29

010ª SESSÃO ORDINÁRIA

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 010ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
13 DE MARÇO DE 2006**

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni (41). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Nereu Moura, Ademir Bier, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Plauto Miró Guimarães e Waldir Leite (13)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º, artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 364

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, regime de urgência à Mensagem nº 016/06, Projeto de Lei nº 069/06, de autoria do Poder Executivo, dispondo sobre a aprovação de abertura de créditos suplementares no valor de R\$ 2.498.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 364

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, regime de urgência à Mensagem nº 015/06, Projeto de Lei nº 068/06, de autoria do Poder Executivo, dispondo sobre a aprovação de abertura de créditos adicionais no valor de R\$ 67.700.000,00, ao orçamento das SEED, Sesa e da Sedu, aprovadas pela Lei Estadual nº 14.977, de 28.12.05.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 366

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, regime de urgência à Mensagem nº 013/06, Projeto de Lei nº 060/06, de autoria do Poder Executivo, objetivando a instituição do Serviço Social Autônomo Paranaidade.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 367

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, regime de

urgência à Mensagem nº 014/06, Projeto de Lei nº 067/06, de autoria do Poder Executivo, autorizando a realização de operação de aumento de capital social do Estado, na Sanepar.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 368

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, regime de urgência à Mensagem nº 011/06, Projeto de Lei nº 059/06, de autoria do Poder Executivo, dispondo sobre a aprovação de abertura de crédito suplementar em Obras, no valor de R\$ 115.000,00, ao vigente orçamento da Unespar.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 353

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco dos itens 5, 6 e 7 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 375

Senhor Presidente:

Neivo Beraldin, Deputado Estadual, no exercício das suas prerrogativas de Presidente da Comissão Permanente de Fiscalização e Assuntos Municipais da Assembleia Legislativa do Paraná, vem perante V. Exa, interpor o presente requerimento recursal com fulcro no artigo 20, inciso XXXIV, artigo 121, parágrafo 2º, inciso II, artigo 222, *caput*, artigo 33, parágrafo 13, inciso II, e artigo 26 e seguintes, todos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná (Resolução nº 0001/2005 de 01.03.2005) e ainda, com fulcro nos artigos 55 e 76, *caput* da Constituição do Estado do Paraná, em face da Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em razão da edição do Ato nº 079/06M de 21/02/2006, realizado pela mesma, pelos fatos, razões e fundamentos legais que passa a aduzir:

01. Em 21/02/03, a Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, editou o Ato nº 079/06, onde RESOLVE: comunicar aos Presidentes das Comissões Permanentes e Especiais da vedação do encaminhamento de pedidos de informações a Secretários de Estado e outras autoridades, formuladas pelas comissões, **sem a devida aquiescência da Mesa Diretora.**

Através do Ofício nº 085/06-GP, de 23/02/06, o Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, encaminhou ao Sr. Presidente da Comissão de Fiscalização e Assuntos Municipais da Assembleia

Legislativa comunicado e alerta de que a Comissão Executiva baixou o Ato nº 079/06, **reafirmando** o disposto no inciso IV, do artigo 28, do Regimento Interno desta Casa de Leis que veda o encaminhamento de pedidos de informações a Secretarias de Estado e outras autoridades, formulados pelas comissões, **sem a devida aquiescência** da Mesa Diretiva; ofício este recebido em 07/03/06. (grifo nosso)

02. Quanto às disposições do artigo 28 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná:

O artigo 28, inciso IV, determina o seguinte:

Art. 28. Às comissões permanentes, em razão da matéria de sua competência, e às demais comissões, no que lhes for aplicável, cabe:

IV - encaminhar através da Mesa, pedidos de informação a Secretários de Estado e outras autoridades.

Tal artigo encontra-se na Seção I - que trata das Disposições Gerais, portanto, comuns a todas as Comissões, de forma genérica e coletiva.

O artigo 28 vem regular o disposto no artigo 55 da Constituição Estadual, que prescreve:

Art. 55. A Mesa da Assembléia Legislativa poderá encaminhar pedidos escritos de informação aos Secretários de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no inciso XXXIV do Art. 54 desta Constituição, importando em crime de responsabilidade e recusa, ou o não atendimento, no prazo de 30 dias, bem como a prestação de informação falsas.

O artigo 55 da Constituição Estadual, como se vê pelo texto, vem estabelecer genericamente o poder à Assembléia Legislativa do Paraná de realizar encaminhamento de pedidos escritos de informação aos Secretários de Estado e outras autoridades. Portanto, isto é o que está sendo regulado pelo artigo 28, inciso IV do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Em confronto com os textos dos artigos acima apontados, em especial em relação ao do artigo 28, inciso IV, verifica-se que o Ato da Comissão Executiva nº 079/06, de 21.02.06, apresenta-se desconforme à lei. Pois, indica em seu texto que vem reafirmar o contido no artigo 28, inciso IV do Regimento Interno, contudo, seu texto desvirtua e distorce o texto do Regimento Interno desta Casa, já que indica que será vedado às Comissões Permanentes e Especiais o encaminhamento de pedidos de informação sem a devida aquiescência da Mesa Diretora.

Ora, aquiescência pela interpretação dada nos dicionários brasileiros significa dar anuência, dar consentimento, retirando assim das Comissões a livre determinação do conteúdo e livre remessa de pedidos de informações às autoridades nomeadas naquele Ato da Comissão Executiva.

Isto não é o que está escrito no Regimento Interno que estabelece às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, e às demais Comissões, no

que lhe for cabível encaminhar, **através da Mesa**, pedidos de informação a Secretários de Estado e outras autoridades. (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que cabe exclusivamente às Comissões determinar em razão da matéria de suas competências quais serão as informações necessárias a serem pedidas, e quais autoridades deverão responder aos questionamentos realizados, valendo-se da Mesa desta Casa como mero órgão protocolizador e expedidor de tais pedidos de informação, e nunca como órgão que deverá dar anuência ou consentimento.

Isto tudo em razão da autonomia e independência existente entre as Comissões Permanentes entre si, conforme determina o artigo 26, inciso I, ao estabelecer quais as competências das Comissões Permanentes, bem como, que elas serão exercidas no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação.

Competências estas fixadas no artigo 33 do Regimento Interno de forma individualizada e específica.

Assim, caso tal poder fosse dado à Mesa Diretora estar-se-ia criando um tipo de censura prévia de tais pedidos de informação, resultando na demora do envio dos pedidos ou mesmo na sua rejeição por falta de consentimento, tudo isto em prejuízo, repita-se, de autonomia e da competência de cada uma das Comissões da Assembléia, bem como do sigilo das informações requeridas em prejuízo das investigações que estariam realizando.

Como se vê tal Ato da Comissão Executiva de nº 79, acrescentou ao texto do Regimento Interno o termo **aquiescência**, acrescentando a ela poderes que o Regimento não lhe confere.

A ilegalidade é extremamente visível pois em nenhum momento tal expressão ou outra de igual significado foi usada no texto em vigor do Regimento Interno, ainda mais que segundo consta no artigo 222 do Regimento qualquer modificação do mesmo somente pode-se dar por meio de projetos de resolução e jamais por mero Ato da Comissão Executiva.

Diante do que foi exposto são necessárias medidas assecuratórias que possibilitem o bom funcionamento das Comissões desta Casa em razão de que a edição de tal Ato pode vir a comprometer o desempenho das funções das Comissões dentro de suas competências regimentais, cabendo ao Presidente desta Casa a deliberação e decisão sobre o assunto, conforme prescreve o artigo 20, inciso XXXIV do Regimento que estabelece que: *Cabe ao Presidente assegurar os meios e condições necessárias ao pleno funcionamento das Comissões Permanentes e Temporárias constituídas.*

03. Da situação da Comissão Permanente de Fiscalização e Assuntos Municipais:

Diante da edição do Ato nº 0479/06 pela Comissão Executiva e do seu encaminhamento ao Presidente da Comissão de Fiscalização, deve-se esclarecer quanto à aplicação ou não do mesmo ou ainda, do disposto no artigo 28, inciso IV à Comissão de Fiscalização.

Como se trata de Ato nulo, o editado pela Comissão Executiva, pois se viu em mero confronto como texto do Regimento Interno se verifica que o mesmo contraria o disposto no artigo 28, inciso IV, trataremos tão somente da aplicação do artigo 28 à Comissão de Fiscalização.

O artigo 28, inciso IV encontra-se localizado nas Disposições Gerais, ou seja de forma genérica aplica-se a todas as Comissões, caso não haja disposição especial ou específica em contrário sobre tal assunto.

Ocorre que no artigo 33, parágrafo 13 encontramos disposição especial regulamentando tal assunto de forma diversa em seu inciso II, que diz o seguinte:

§ 13. A Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa e Assuntos Municipais, terá as seguintes atribuições:

(...)

II 0 solicitar à autoridade responsável que no prazo improrrogável de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários;

Verifica-se que tal dispositivo vem regulamentar um poder constitucional concedido diretamente e de forma pessoal e intransferível à Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa pelo artigo 76 da Constituição do Estado do Paraná, que prescreve:

Art. 76. A Comissão permanente de fiscalização da Assembléia Legislativa, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários."

Desta forma, o disposto se constitui numa norma especial ou específica em favor da Comissão Permanente de Fiscalização, como exceção à norma geral contida no artigo 28, inciso IV, como bem explica o grande De Plácido e Silva em seu dicionário "Vocabulário Jurídico - Volumes III - 3ª Edição", quando explica que Leis Especiais ou Normas Especiais são aquelas que opondo-se às leis ou normas gerais indicam concessões ou vêm estabelecer princípios de exceção acerca de certos fatos ou de certas pessoas. São leis ou normas, pois, que têm caráter restrito, pois que são impostas para regular relações de certas pessoas colocadas em determinadas posições ou em razão das funções exercidas. São as leis ou normas que dispõem sobre casos particulares."

Tal distinção dada à Comissão de Fiscalização pela Constituição Estadual e regulamentada igualmente pelo Regimento Interno existe pela importância e pela urgência da função fiscalizadora que a mesma exerce, pois como guardião do erário público sua atuação deve ser permanente e imediata, tanto que a Constituição Estadual em seu artigo 76 deu a ela, de forma pessoal e direta, o poder de solicitar esclarecimentos e obtê-los das autoridades num prazo máximo de cinco dias, diferentemente da autorização geral dada à Assembléia Legislativa no seu artigo 55, que estabelecia inclusive um prazo maior de 30 dias.

Conclui-se, portanto, que a regra contida no artigo 28, inciso IV do Regimento Interno não se aplica à Comissão Permanente de Fiscalização e Assuntos Municipais, pois, existe previsão especial quanto ao assunto contido no artigo 33, parágrafo 13 do mesmo Regimento e na Constituição Estadual em seu artigo 76 *caput*, que permitem à Comissão de Fiscalização enviar diretamente sem auxílio da Mesa Executiva seus pedidos de esclarecimentos a quaisquer autoridades públicas.

04. Diante do exposto REQUER-SE ao Presidente da Assembléia Legislativa, com fulcro no artigo 20, inciso XXXIV:

A - Liminarmente suspender a vigência e a eficácia do Ato da Comissão Executiva de nº 079/06, de 21/02/06, tendo em vista o prejuízo que o mesmo traz à continuidade dos trabalhos de todas as Comissões Permanentes e Especiais da Assembléia Legislativa do Paraná no exercício de suas Competências Regimentais e Constitucionais;

B - Seja reconhecida a nulidade da mesma quando do exame de mérito sendo a mesma revogada imediatamente;

C - Será reconhecida a exceção prevista no artigo 33, parágrafo 13, inciso I, do Regimento Interno e artigo 76 da Constituição Estadual em favor da Comissão Permanente de Fiscalização e Assuntos Municipais onde a mesma é autorizada de forma pessoal, direta e intransferível a realizar pedidos de esclarecimentos a quaisquer autoridades públicas;

D - Que em razão dos princípios da Autonomia, Independência, Competência, Fiscalização, Harmonia e Interesse Público, entre outros, conforme esboçados no presente requerimento recursal, seja baixado Ato da Comissão Executiva delegando poderes ou facultando a todos os Presidentes das Comissões Permanentes e Especiais, a seu juízo, poder encaminhar pedidos de informações diretamente à quaisquer autoridades públicas ou através da Mesa Executiva, como maior mostra dos mais elevados princípios democráticos e em prol do interesse público por parte desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 337

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de profundo pesar pelo trágico falecimento do menor Luís Felipe Marques, ocorrido no último dia 11 de março de 2006, na cidade de Apucarana.

O menor, filho de José Francisco Martin e Maria Aparecida Pimenta, de apenas 13 anos, dedicando integrante da Guarda Mirim de Apucarana, teve morte trágica por afogamento na represa do Rio do Cerne, na Zona Rural, quando participava, com mais 46 meninos, de uma atividade da entidade.

Esta Casa lamenta a morte de Luís Felipe e associa-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências, e que seja oficiada a família em Apucarana.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 347

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Antônia Maria Alves de Souza, aos 65 anos de idade.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 348

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Sérgio Consolin Scaff, aos 49 anos de idade.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 352

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Elza Beus, ocorrido no dia 12 do corrente mês, na cidade de São Jorge do Oeste/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de seu filho, o Vereador Zilmar Beus, residente à Rua Mato Grosso, s/nº; CEP: 85.575-000 - São Jorge do Oeste/PR.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Mulher, mãe, esposa, avó. Esta é a trajetória de vida de Dona Elza Beus, natural do Estado do Rio Grande do Sul. Adotou o Paraná como seu Estado, sendo uma das pioneiras do município de São Jorge do Oeste.

Na simplicidade do dia-a-dia, fez da sua vida uma lição de humildade e de amor pelo próximo. Dona Elza soube, como ninguém, viver intensamente cada momento, de forma centrada na sabedoria que os anos lhe outorgaram.

Porém, como a vida é uma passagem, Dona Elza cumpriu a sua missão e nos deixou. Ficam as boas lembranças, ficam as boas lições, ficam as sementes de amor

que ela espalhou por onde passou que, com absoluta certeza, vão gerar belos e bons frutos.

Neste momento de pesar, nos juntamos ao sofrimento de seus familiares e amigos. Porém, a fé cristã nos assegura que Dona Elza nos deixou temporariamente, uma vez que o reencontro é certo.

Que Deus, no Seu Amor Infinito, receba Dona Elza em Sua morada eterna e, ao mesmo tempo, console o coração de todos que sofrem com a partida de um ente querido.

Que Deus ilumine a todos.

REQUERIMENTO Nº 357

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Alves Maciel Filho, ocorrido em 11 de março do corrente.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 11, sábado, faleceu o advogado e professor José Alves Maciel Filho. O Dr. Zezito, como era carinhosamente tratado, participou dos movimentos estudantis nos anos 60, na cidade de Loanda.

Advogado, militou inicialmente na Comarca da mesma Loanda e posteriormente na de Santa Isabel do Ivaí, para onde se mudou há quase vinte anos.

Sempre foi ativo participante de movimentações políticas, emprestando seus conhecimentos às organizações partidárias. Era dono de inegável saber na área jurídica e desempenhava com zelo e dedicação suas atividades na área educacional do Estado.

A Assembléia Legislativa do Paraná cumpre o mister de registrar nos seus Anais, a perda de um ilustre filho deste Estado.

O Deputado proponente, no uso de suas atribuições, requer à Mesa, o envio de cópia do presente documento à família enlutada, representada pela esposa professora Belkisse Maciel, através do Vereador e professor Tuica Zorci, da Câmara de Santa Isabel do Ivaí e às autoridades constituintes dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo das duas cidades: Santa Isabel do Ivaí e Loanda.

REQUERIMENTO Nº 361

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Júlio Tarnoviski, aos 80 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação

de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 339

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Conselho Estadual de Saúde do Paraná - CES/PR, parabenizando pela eleição para a gestão 2006/2007, cuja Mesa Diretora ficou assim constituída e desejando sucesso ao trabalho desse Conselho:

Presidente: Francisco Eugênio Alves de Souza - segmento de prestadores;

1 Vice-Presidente: Valdir Donizete de Moraes - segmento de usuários;

2º Vice-Presidente: Arlete A. Brunholi Xavier - segmento de usuários;

3º Vice-Presidente: Marina Hiromi Assanuma - segmento de trabalhadores;

1ª Secretária: Sandra Tolentino - segmento de gestores;

2º Secretário: Livaldo Bento - segmento de usuários;

1º Tesoureiro: Antônio Garcez Novaes Neto - segmento de trabalhadores;

2º Tesoureiro: Amauri Ferreira Lopes - segmento de usuários.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 340

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa seja oficiado ao radialista Geraldo Irineu enviando-lhe voto de congratulações, posto que o mesmo foi aclamado o novo Presidente da Associação Maringaense de Imprensa - AMI, no dia 05 de março de 2006.

Geraldo Irineu assume a entidade que foi fundada no final dos anos 80 e pretende revitalizar essa entidade, buscando novos associados.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 341

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa seja enviado voto de congratulações a

Fundação Pró-Renal, através da sua Diretora de Eventos, Eliette Macedo Nery, parabenizando a instituição pelo lançamento da campanha de popularização do exame de creatinina, haja vista que esse teste identifica precocemente a insuficiência renal.

No dia 03 de março é comemorado o Dia Internacional do Rim e nessa data a Fundação Pró-Renal iniciou a referida campanha. Atores globais como Carolina Ferraz, Bruno Gagliasso, Arnaldo Jabor, Maitê Proença e o compositor Toquinho, contribuíram com a campanha, cedendo sua imagem para vinculação na imprensa.

Cabe salientar que os principais sintomas da doença renal só aparecem quando a capacidade dos rins está reduzida a 25% do normal, razão pela qual é imprescindível popularizar o exame de creatinina. A Fundação Pró-Renal lançou a campanha Creatinina - você sabe como está a sua? Essa campanha será realizada todo o ano de 2006. A Fundação Pró-Renal foi criada em 1984, por iniciativa do Dr. Miguel Carlos Riella. É instituição filantrópica que tem por objetivo prevenir e tratar a insuficiência renal crônica.

São atendidos pacientes de 136 municípios paranaenses, além dos oriundos de outros seis Estados do país. Os programas de ajuda da Fundação ainda beneficiam duas mil famílias e, por meio dos gestores de saúde, SUS e Secretarias Municipais, a Fundação procura complementar e ampliar as ações na área da saúde já existentes no setor público.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 362

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Colégio Estadual do Paraná, em comemoração ao aniversário de 160 anos.

Requer ainda, envio de cópia à Diretoria do Colégio Estadual do Paraná, Elza Camargo Rocha, no endereço: Colégio Estadual do Paraná, Av. João Gualberto, 250 Alto da Glória - 80030-000 - Curitiba - Paraná.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 363

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa seja oficiado ao reitor da Universidade Estadual de Maringá, Gilberto Pavaneli, enviando voto de congratulações àquela instituição, em razão da classificação alcançada no exame do ENEM, conforme matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, do dia 12 de março de 2006.

A Universidade Estadual de Maringá - UEM - ficou classificada em 16º lugar, com 49.247 pontos, atrás somente das universidades de Petrópolis, São Carlos, Vitória, Santa Maria, Niterói, São Leopoldo, Ipatinga, Jundiá, Caxias do Sul, Porto Alegre, Belo Horizonte, Divinópolis, Uberlândia, Blumenau e Novo Hamburgo.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 371

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, PEDE a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações à Associação Paranaense dos Empresários de Obras Públicas pela posse da Diretoria Eleita, gestão 2006/2007, no dia 13 de março.

Seja da nova Diretoria, na pessoa do Presidente, engenheiro José Alberto Pereira Ribeiro e dos engenheiros Vice-Presidente: João Francisco Bittencourt, João Achilles Grenier Glück, Albano Luiz de Garcia Leal, Epaminondas Zétola, José Ângelo Turra, Avelino João Bueno, Jonas Izidoro Schafranski, Luciana Ribeiro Paste, Manuel Carlos de Lima Rossito, Carlos Augusto Werneck, Fábio Castelo Branco Gradowski, Ricardo Augusto Carcereri e George Henrique Herwig; e dos integrantes do Conselho Fiscal: Raul Ozório de Almeida, Arnaldo Scherer dos Santos Pedro Haroldo Lorena, Bernardo Guiss Filho, Carlos Roberto Nunes Lobato e Marco Antonio Ladeira, bem como à antiga diretoria, na pessoa do engenheiro Emerson Gava e seus companheiros.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Paranaense dos Empresários de Obras Públicas chega aos 45 anos com admirada folha de serviços prestada à comunidade paranaense.

Desde 1961, as empresas prestadoras de serviços públicos, assim organizadas, têm funcionado como garantia de qualidade, instrumento regulador de mercado.

Quando dirigimos os destinos da Cidade de Curitiba, na condição de prefeito municipal, entre 1993-1996, e ganhamos o “Prêmio Mundial do Habitat” da Organização das Nações Unidas, através sua “Housing and Building Foundation”, pelo conjunto de nossa obra, tivemos na Apeop parceria leal e reconhecida.

Num momento em que o Estado brasileiro opta por uma política preferencial de pagamento de juros, seja da dívida interna, seja da dívida externa, em detrimento aos necessários investimentos na infra-estrutura da Nação, a sobrevivência do empresariado nacional é crucial. Esta política equivocada, de supressão de investimentos, e de incompreensão com o empresariado, está atrasando o Brasil.

A nova diretoria da Apeop, liderada pelo veterano engenheiro José Alberto Pereira Ribeiro, constitui uma referência da boa engenharia paranaense.

Seja este voto encaminhado à Associação Paranaense dos Empresários de Obras Públicas na Av. Presidente Getúlio Vargas, 4250 - CEP. 80.240-041 - Curitiba/PR.

REQUERIMENTO Nº 372

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, PEDE à egrégia Assembléia, a inserção nos Anais da Sessão de hoje, de voto de congratulações ao Colégio Estadual do Paraná, na pessoa da atual diretora a professora Elza Camargo Rocha, pelos 160 anos de funcionamento. Pede também a inclusão nos anais desta egrégia Assembléia da cópia autêntica do discurso proferido pelo diretor do Colégio Estadual do Paraná Professor Francisco José Gomes Ribeiro por ocasião do lançamento da pedra fundamental da nova sede do Colégio, apenso ao presente requerimento.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Em 1846 foi criado o Liceo de Curitiba pelo presidente da Província de São Paulo, Manoel da Fonseca Lima e Silva, numa casa alugada no Largo da Matriz, atual Praça Tiradentes. Depois de ter sido chamado de Instituto Paranaense e mais tarde de Gymnasio Paranaense, somente em 1943, recebeu o nome de Colégio Estadual do Paraná. O atual prédio localizado no Alto da Glória, foi inaugurado em 1950; oferecia ensino fundamental. O Ensino Médio foi implantado gradativamente. O ingresso é feito por exame de seleção. Hoje o Colégio possui cerca de 4530 alunos, com uma estrutura física de quarenta mil metros quadrados.

Dentre os estudantes do Colégio destacam-se várias personalidades no âmbito nacional, internacional e estadual, entre eles o advogado e jurista René Ariel Dotti, o ator Ary Fontoura; o médico colunista e escritor Lauro Grein Filho, o ex-Prefeito Ivo Arzua e o Governador Roberto Requião de Mello e Silva e o ex-Governador Jaime Lerner.

O Colégio Estadual do Paraná, maior colégio de ensino médio da América Latina, 160 anos, ensinando e educando a juventude paranaense.

REQUERIMENTO Nº 338

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de louvor e congratulações ao Padre Boleslaw Blij, por prestar importante trabalho de evangelização para a comunidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) FRANCISCO BÜHRER

JUSTIFICATIVA:

É a homenagem que este Poder presta a quem muito contribuiu ao município de São José dos Pinhais,

como Pároco da Igreja São Pedro, por onze anos, tendo prestado um trabalho dedicado de abnegação que eleva e dignifica o sacerdócio paroquial, no crescimento espiritual e social, contribuindo na formação humana e cristã de seus fiéis, fato que o torna merecedor do respeito, carinho e admiração de nossa população.

REQUERIMENTO Nº 349

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Sebastião Valdir Azevedo, conhecido como o “Jardineiro da Cidade” de Londrina.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 350

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Sérgio Luiz Zacarias.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 351

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Robson Vasconcelos.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 355

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, inserção de votos de regozijo ao Sr. Fernando Fontana (Presidente do CIEE/PR - Centro de Integração Empresa-Escola do Estado do Paraná), pelos relevantes serviços prestados aos estudantes e empresários paranaenses.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 370

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo ao Sr. Hélio José Ercule (Proprietário da Heliocar Mecânica e Auto Elétrica), pelos relevantes serviços prestados aos seus amigos e clientes.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 374

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo ao Sr. Edson José Braga (Proprietário da CIA de Reparação Automotiva Ltda), pelos relevantes serviços prestados aos seus amigos e clientes.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 373

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo ao terapeuta Daniel Geremias, pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense na área de Quiropraxia e Programação Neurolingüística.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 354

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo à Sra. Zilda Proença de Godoi Costa, pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense na área da saúde.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 336

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado expediente ao Sr. Comandante da Polícia Militar, Cel. Nemésio Xavier de França Filho e ao Sr. Secretário de

Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, solicitando a designação de uma viatura e 02 (dois) policiais militares, para prestarem serviços à população do distrito de Areia Branca dos Assis, no município de Mandirituba.

Aquele distrito possui aproximadamente oito mil habitantes, e, um comércio forte e concorrido, não possuindo qualquer policiamento. Por essa razão tem sofrido assaltos frequentemente, principalmente no Posto 47 e nos mercados e outras lojas do comércio, o que está deixando a população bastante preocupada com a sua segurança.

Para facilitar a ação da Polícia Militar, a empresa D.L. Nichele e Cia. Ltda., está oferecendo o local para a instalação de um Posto de Atendimento da Polícia, o que retrata bem a preocupação dos comerciantes locais com a situação atual da segurança pública naquele distrito de Mandirituba.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 342

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido duto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, encaminhando matéria publicada na Folha do Norte de Londrina, de 11/03 a 17/03/06 para que o mesmo tome conhecimento e providências em relação ao assunto.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 344

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido duto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando que providências sejam tomadas em relação ao exposto na reportagem da Folha de Londrina do dia de hoje.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 345

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido duto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho Emprego e Promoção Social, Exmo. Sr. Padre Roque Zimmermann, encaminhando em anexo, o projeto para obtenção de recursos à Associação de Pais e amigos de Excepcionais de Santa Mariana.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 346

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido duto Plenário, o envio de expediente ao Vice-Governador do Estado e Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Exmo. Sr. Orlando Pessuti, solicitando providências em relação ao exposto, em anexo, pelo produtor rural Arthur Pires de Almeida, do município de Guarapuava-PR.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 369

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido duto Plenário, seja solicitado ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Waldyr Pugliesi, informar a respeito das obras de recuperação asfáltica na estrada que liga o trevo de Santo Antônio do Sudoeste ao Distrito de Marcianópolis, caminho para a cidade de Barracão: o custo, quem executou e se a obra foi subempreitada.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 356

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação, solicitando informações sobre o andamento da reforma do Colégio Estadual Joaquim da Silva, sito à rua José Nicolau Abagge, 1.500 - bairro Cohapar, no município de Guaratuba-PR, CEP 83.280-000.

Casa ainda não tenha sido iniciada a mencionada obra, requer providências urgentes em razão do estado que se encontra o prédio.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Prefeito Joaquim da Silva solicitou reparos emergenciais no dia 10/07/01 - sob o protocolo 4.824.023, não obtendo nenhuma resposta por parte da secretaria.

Na data do dia 19/09/05 - solicitou através do protocolo 8.708.456 - reforma no telhado, e a conclusão da Diretora-Presidente da Fundepar em 09/02/06, foi de arquivamento do processo, tendo em vista a falta de planilha orçamentária da Secretaria de Obras/Decom. No dia 10 de março os alunos, funcionários e professores do Colégio, receberam a notícia de que a escola foi interditada.

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Esta-

dual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do Deputado Estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

REQUERIMENTO Nº 343

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois ouvido douto Plenário, que seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o artigo “A iniquidade dos homens”, do Sr. Wilmar Sachetin Marçal, publicado na Coluna Espaço Aberto, do jornal Folha de Londrina, distribuído no dia 13/03/06, conforme segue cópia em anexo.

Requer ainda que seja dado ciência ao autor do artigo, Sr. Wilmar Sachetin Marçal, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) BARBOSA NETO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 088/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica reduzida a 08% (oito por cento) a alíquota do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - a ser paga pelos hospitais sobre a tarifa de energia elétrica.

Parágrafo Único. Definem-se hospitais para fins do artigo 1º desta lei, estabelecimentos que exerçam legalmente a medicina realizando cirurgias, internações e procedimentos médicos previamente autorizados e regularizados pelos Conselho Regional de Medicina.

Art. 2º O Poder Executivo deverá baixar normas suplementares para viabilização desta redução.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa reduzir a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços que incide sobre a tarifa de energia elétrica paga pelos hospitais e centros médicos.

Ao exercerem a competência tributária que lhes foi outorgada pela Constituição, os Estados Federados opta-

ram por instituir um ICMS seletivo, sendo que cada um dos 27 (vinte e sete) Estados mantém a sua própria regulamentação acerca da cobrança desse tributo.

Ocorre que, no Estado do Paraná, a legislação reguladora do ICMS adotou basicamente quatro faixas seletivas de tributação: alíquota de 27%, 17%, 12% e 7%; sendo que a alíquota aplicada à mercadoria “energia elétrica” é tributada em 27% (vinte e sete por cento), ou seja, na faixa de seleção mais onerosa, sendo que a mercadoria em questão é de necessidade essencial do cidadão e não pode ser colocada no mesmo patamar de asas deltas, balões, bebidas alcoólicas, perfumes, cosméticos, etc...; produtos cuja alíquota incidente se iguala ao da energia elétrica.

O ICMS é alcançado por normas constitucionais disciplinadoras de critérios de seletividade dos impostos, que basicamente destinam a cada tributo a essencialidade que lhes fora facultada.

Portanto, convém-nos destacar de maneira objetiva a importância e a essencialidade da energia elétrica nos dias atuais, não se podendo fazer questionamento acerca da indispensabilidade e inquestionável necessidade do consumo diário e ininterrupto de energia elétrica.

O mesmo se aplica aos hospitais onde a manutenção e perfeito funcionamento dos aparelhos, instrumentos e equipamentos que tratam doentes apenas se darão com o fornecimento de energia elétrica constante; alimentando inclusive geradores de energia e outros aparelhos de segurança.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 089/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Altera a Lei Complementar nº 108 de 18 de maio de 2005, em seu artigo 5º, acrescido o parágrafo 3º, que passa vigorar com a seguinte redação:

§ 3º A contratação de professor temporário incluso no Processo Seletivo Simplificado deverá ser realizada através de concursos públicos realizados em períodos de 02 (dois) anos em 02 (dois) anos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa assegurar o aproveitamento de professores temporários oriundos do Processo de Seleção Simplificado.

Com a contratação desses professores substitutos para as áreas de atuação e suas respectivas disciplinas da educação profissional aproveitar-se-á um corpo docente

com prática e experiência adquirida, ressaltando ainda que como estão atuando na área como substitutos encontram-se aptos a exercer os referidos cargos não necessitando de cursos de formação ou aperfeiçoamento num primeiro momento.

Não raro é a urgência e a necessidade de contratação de professores para as áreas de atuação e disciplinas de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e séries do ensino médio; sendo que a abertura e a contratação de professores com experiência e prática em suas respectivas áreas vêm a preencher uma lacuna deixada na Educação.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 091/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declara de Utilidade Pública a Associação Educacional e Assistencial Nova aliança, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.03.06.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Educacional e Assistencial Nova Aliança é uma entidade beneficente de assistência social, sem finalidade lucrativa, política ou religiosa, que realiza atendimentos para cidadãos dependentes em substância psicoativas há mais de cinco anos, oferecendo-lhes proteção, atendimento e tratamento, atuando na prevenção, reabilitação e reinserção social.

Além da recuperação, proporciona aos dependentes, aproximação da comunidade, atuando na reinserção social através de acompanhamento, encaminhamento e envolvimento da sociedade, obedecendo assim os princípios constitucionais dos direitos sociais, exequindo assim, o direito de igualdade, agindo também na prevenção através de palestras com material didático e audiovisual.

Atua também como Centro de Referência inovador, em organização, capacidade, assessoria e qualidade, ágil em transmitir à sociedade e entidades, tecnologia e ferramentas necessárias à aplicação do conhecimento obtido, ao desempenho de suas ações.

Vem desempenhando papel relevante junto à sociedade, devido a sua experiência e capacidade de instituição, tanto a nível social como administrativo, tendo grande prestígio pelo trabalho qualificado das suas ações.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Paraná já é campeão entre os três estados do Sul do Brasil em evasão escolar. Também temos os piores salários para os professores.

E, hoje alguns jornais retratam que escolas estaduais não ofertam livros didáticos na proporção que deveriam para os alunos da rede pública. Alunos da 7ª e 8ª séries estão apenas manuseando os seus livros, já que não podem levá-los para casa, já que não podem fazer a tarefa com esses livros nas suas residências, não podem anotar e nem fazer exercícios nesses livros que vão ficar para os outros colegas. A média é de dois alunos manuseando o mesmo livro em uma escola como o Colégio Maria Cintra de Alcântara, no município de Tamarana.

Agora, além de tudo isso, o que mais nos chama a atenção é que o desempenho do Estado do Paraná no Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem, nesse ano de 2005, teve um nível muito baixo. A comparação com alunos da escola particular deixa o Estado numa situação profundamente desfavorável.

Para que V. exas. tenham idéia, nenhuma escola pública do Estado do Paraná chegou a ultrapassar a média geral acima de 50. A nota máxima é de 100 e não se chega a 50. A média é de 46,99, no nosso Estado.

É algo que temos de repudiar. É um fato que nos dá a clara sensação de desprezo com o qual é tratada a questão da educação.

Temos aqui tramitando, voltando à pauta inclusive, já que foi vetado pelo Governador Roberto Requião, o projeto da Deputada Luciana Rafagnin, que limita o número de alunos por sala de aula.

Um projeto extremamente importante, que significa inclusão social, inclusive já o analisamos na Comissão de Constituição e Justiça. Esse projeto deve ir a plenário e terá o nosso apoio para que seja derrubado o veto e para que o Governador Roberto Requião implemente esta prática que é tradicional já em alguns estados como São Paulo. Infelizmente, aqui isso não acontece.

Sou autor da lei que cria a educação em tempo integral e essa lei também é desrespeitada.

Só que tudo isso é desconsiderado principalmente pela mídia. No discurso do início do ano, o Governador Roberto Requião, daquela tribuna, disse tudo ao contrário com o que pratica. Faz uma coisa e fala outra. Disse, por exemplo, que o Paraná esteve com os melhores aproveitamento do Enem. É uma grande mentira desse governo,

como é a mentira que iria acabar com o pedágio e tantas outras colocações, com um verniz progressista, mas extremamente canhestra, principalmente, à prática na área da educação.

Lamentavelmente, há escolas abandonadas, enquanto o Secretário Maurício Requião foi lavar a calçada do jornal Gazeta do Povo, nesta capital, durante um expediente de trabalho, onde deveria despachar com os seus assessores, onde deveria usar a estrutura da Secretaria para o bem do nosso Estado e para melhorar esses índices extremamente negativos para o Estado, no que tange à educação.

Muito obrigado, Deputado Hermas Brandão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Carlos Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não poderia deixar de destacar importante evento, que foi aberto no dia de ontem e vai até o dia 31 de março, em Curitiba, referente à VIII Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica - COP-8 e o III Encontro das Partes da Convenção do Protocolo de Cartagena, Biossegurança, MOP-3.

Esse evento está reunindo aproximadamente duas centenas de países, na capital de Curitiba. O Brasil é uma das partes desse Protocolo de Cartagena. Esse evento discutirá amplamente a questão da biodiversidade no planeta. Aquilo que interessa à vida das pessoas e o futuro da biodiversidade e aquilo que interessa para termos um ambiente sustentável, de modo correto, para que as futuras gerações tenham um mundo melhor para viver.

O objetivo principal desse evento é promover a conservação da biodiversidade, o seu uso sustentável e a repartição justa dos benefícios, resultantes do acesso a recursos genéticos.

O princípio básico dessa discussão técnica, entre todos esses países, é na questão do princípio da precaução. Nós, humanos, a humanidade não pode estar sujeita ao interesse do mercado, tem que haver a pesquisa e se comprovar todos os fatos, antes que se avance demais às questões biotecnológicas, que muitas vezes podem causar danos irreparáveis à sociedade.

Por isso, esse evento é marcante na cidade de Curitiba. Ele vai ser um marco, onde terá mais clareza no norteamento de vários assuntos. Nessa reunião, que vai do dia 31 ao dia 17 de março, até o final de semana vai ser discutida a questão da identificação, embalagem, manuseio e uso de organismos vivos modificados, responsabilidade, reparação e compensação decorrentes de danos resultantes do movimento fronteiro de organismos vivos modificados; avaliação, manejo e comunicação de risco; cooperação com outras organizações, convênios e programas; metodologias para identificação de organis-

mos vivos modificados, percepção e participação pública na implementação do protocolo.

Como disse antes, o governo brasileiro, através do Decreto 5705 deste ano, publicado no Diário Oficial do dia 17/02/06, também está fazendo parte desse Protocolo de Cartagena, dessas partes dos países envolvidos, em ter a questão da biodiversidade como foco principal, não atendendo apenas ao interesse imediato de grupos que se adornam de biotecnologias e, muitas vezes, isso pode comprometer o futuro das gerações.

Portanto Curitiba, sem sombra de dúvidas, é a capital mundial da questão ligada à biodiversidade. Aqui estão hoje todas as autoridades mundiais que têm preocupação com a questão de um ambiente sustentável, que estão preocupados com a biodiversidade do Planeta e que vai nortear as ações políticas dos mais diversos países do mundo para que nós, no futuro, não tenhamos grandes problemas na medida que houverem transformações genéticas, que muitas delas são benéficas - nós sabemos disso - mas, muitas delas podem comprometer o futuro de agricultores familiares ou até outras questões. Por isso que o princípio da precaução, prevenir, estudar, avançar nas pesquisas é fundamental, antes de se soltar no mercado alguns produtos que podem ser nocivos à saúde humana.

Por isso, essa temática, de fato, é o que vai nortear a discussão desta semana e com certeza é muito importantes para toda a população do Paraná, do Brasil e do Mundo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado José Domingos ScarPELLini.

Deputado José Domingos ScarPELLini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs, Deputados e Sras. Deputadas.

Ouvimos há pouco o Deputado do PT, Welter, falar sobre a biodiversidade e o Protocolo de Cartagena.

Tudo isso é muito importante, mas é importante destacar, também, que enquanto se reúne aproximadamente duzentos países para discutir a biodiversidade e o meio ambiente, estamos vendo os nossos ilhéus do Parque Nacional de Ilha Grande, que de lá foram despejados em 1996 e 1997, quando se criou o Parque Nacional de Ilha Grande, até hoje sem receber um centavo pela sua vaca, pelo seu cabrito, pela sua infra-estrutura, as benfeitorias que tinham, as pequenas casas, pequenas pocilgas e se transformaram em verdadeiros ciganos da região Oeste do Paraná, à espera das indenizações que o Governo Federal não paga. E esses ilhéus, que perderam a casa, perderam a identidade, muitos perderam as famílias e outros perderam a vida ou ficaram órfãos, órfãos do quê?

Órfãos de um recebimento que o Governo Federal está procrastinando todo dia. Fomos várias vezes falar

com a Ministra Marina da Silva, que se mostrou muito sensível, até chorona, mas pagar os ilhéus, não pagou nada. Determinou que os seus assessores concluíssem processos imediatamente, mas que assessores desobedientes são esses, que ano e dois meses após a nossa primeira conversa com ela, até hoje não fizeram nada!

O Superintendente do Ibama aqui no Paraná cuida, sim, da sua campanha como candidato ou pretendo candidato a Deputado Federal, mas nada conclui de positivo.

Isso é uma vergonha, uma vergonha que vem se arrastando há muitos anos, que pula de um Governo para outro e logo esse Governo, que se dizia um Governo popular, um Governo comprometido com os pequenos, não paga, não indeniza aqueles que têm o direito líquido e certo, um direito que não foi respeitado antes e não está sendo respeitado agora. Os ilhéus ontem, mais de quinhentos, retornaram para a ilha do Rio Paraná. Pegaram as suas mochilas, as suas barracas, as panelas, que já estão todas podres e enferrujadas, e voltaram para lá, sim. Voltaram desafiando a Polícia Federal, a Justiça, o Ibama, a Ministra, voltaram desafiando a própria vida, porque as suas vidas e os seus direitos foram desafiados, não foram respeitados. E nós queremos, hoje, prestar a nossa solidariedade a essas famílias que, tiradas das suas propriedades de dois alqueires, três alqueires, quatro alqueires, viviam do suor do seu próprio trabalho para o seu sustento e que foram jogadas, como se marginais fossem, ao léu, ao deus dará. Onde está o Governo do PT que se dizia um Governo comprometido com os pequenos e com os trabalhadores? Está matando essa gente de fome, sem poder trabalhar.

Meus senhores, somos solidários, sim, a esse grupo de pessoas que está hoje, na ilha, voltando e enfrentando amanhã, quem sabe, os mandados judiciais de despejo.

Mas o Ministério do Meio Ambiente, o Ibama, deveriam cumprir a Constituição - primeiro que a indenização tem que ser justa e o pagamento tem que ser adiantado para os pequenos, principalmente, isso é o que reza a Constituição do Brasil. E lá não foi respeitado o direito de propriedade e não foram respeitadas as famílias, crianças menores, que lá viviam e que foram jogadas de lá, arrastadas como se animais selvagens fossem. Aliás, se fossem animais selvagens estariam mais bem protegidos do que sendo seres humanos, porque para os animais nós temos uma lei que protege e garante a vida, com uma punição mais rigorosa do que quando se faz o mal ao ser humano.

Então, Sra. Maria da Silva, a nossa Ministra “chorona”, do Acre, aqui no Paraná o seu choro já não nos encanta mais, Marina, do Ibama, a sua candidatura está de léu em léu, pois você não consegue fazer um laudo de avaliação e quer ser candidato a Deputado Federal.

Enquanto isso, em Apucarana, um jovem estudante morre afogado participando de um encontro, ao lado do Prefeito - Padre Walter P, e do filho do Padre - André P., em um evento em que reuniram uns alunos de escolas e

mais umas crianças da Guarda Mirim. Houve um afogamento e o filho do Padre ainda tentou salvar essa criança que morreu. Então, nosso voto de profundo pesar.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Este é um mês marcante para Curitiba, para o Estado do Paraná e para o Brasil, sobretudo, porque aqui em Curitiba será tratada a questão da biodiversidade, da segurança, a questão do Meio Ambiente. Teremos em torno de dez mil visitantes internacionais, em torno de cento e cinquenta ministros de meio ambiente do mundo.

Então, estamos comemorando, com muita alegria, essa conquista e Curitiba cedendo esse espaço para o mundo que pensa no Meio Ambiente.

O Paraná, Srs. e Sras. Deputados, pode orgulhar-se em dizer, alto e bom som, que certamente nenhum Estado do mundo investe tanto em meio ambiente quanto o Paraná. Eu me refero à Lei do ICMS Ecológico, de nossa autoria, aprovada aqui por esta Casa e sancionada pelo Governador Roberto Requião, no seu primeiro mandato e que já investiu, nesses treze anos, em torno de quinhentos milhões de dólares a favor dos municípios que têm áreas de mananciais de abastecimentos públicos ou unidade de conservação ambiental.

Quando a lei entrou em vigor, em 92, ela beneficiava 52 municípios, hoje, beneficia 230! Doze Estados do Brasil copiaram a lei e o IBGE, recentemente, fez uma pesquisa nacional, onde atesta que a Lei do ICMS Ecológico, oriunda desta Casa, é a lei que mais investe em meio ambiente do país!

Nesse período de 13 anos, conquistamos, na busca desses recursos disponibilizados pela Lei do ICMS Ecológico, 550 áreas verdes, unidades de conservação, ganhando em melhoria de qualidade de vida para a geração presente e para a geração futura e agora a América Latina, alguns países já se manifestaram em aderir a este método utilizado pela nossa lei, em dar uma compensação financeira aos municípios que preservam o meio ambiente. Antes eles eram condenados ao empobrecimento porque a Lei Federal Municipal e Estadual impunha aos municípios ecológicos restrição na sua evolução no parque industrial. Hoje não, eles têm uma compensação e basicamente compatiza o crescimento econômico com a preservação ambiental.

Então, hoje, segundo tese de um estudante da Universidade Federal do Paraná, dá mais dinheiro uma área ambiental no município do que o plantio do equivalente a dez hectares de plantio de soja. A área verde em preservação rende mais do que o plantio da soja! Então estamos

comemorando, com sucesso, para mostrar ao mundo o modelo paranaense encontrado aqui nesta Casa!

Para encerrar, Sr. Presidente, aqui está o livro: Histórias sobre Corrupção e Ganância, - trata sobre a CPI do Banestado, desta Casa, - não a CPMI de Brasília. Revela aqui o que as pessoas precisam conhecer, o que foi o trabalho da CPI, qual foi o *modus operandis* da roubalheira do Banestado.

O Estado paga, até março de 2029 uma prestação, hoje, de 52 milhões de reais por mês. O mês que vem serão 60 milhões e o Paraná pensa que apenas perdeu o Banestado! Não, perdeu a oportunidade de construir quatro mil casas populares por mês! Perdeu a oportunidade de comprar o equivalente 3 mil e 500 carros populares para atender à Saúde, à Educação e à Segurança!

Poderíamos, com este dinheiro, construir cinquenta novas escolas por mês, ou darmos aos municípios, mil UTI's!

Sr. Presidente, meu tempo já esgotou e eu encerro aqui, tenha V. Exa. uma boa presidência nesta tarde.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra ao Deputado José Domingos Scarpellini, do Bloco PP/PSB.

Liderança do Bloco PP/PSB: Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras, Deputadas presentes.

Dizia eu, no meu pronunciamento anterior, que o Ibama, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente, deixou de pagar as indenizações. A União, que deveria fazer a força, não paga as suas desapropriações. A União, emitida na posse do Parque Nacional de Ilha Grande, tirando de lá aquelas pequenas propriedades que davam sustento à vida de mais de três mil e quinhentas famílias que lá moravam, pequenos proprietários que trabalhavam com a enxada, com a foice, que trabalhavam plantando milho, preservando a natureza também, criando a sua vaca, o seu cabrito, fazendo daquilo um lugar de respirar e de viver. A União, que não faz a força, através do Governo de Fernando Henrique Cardoso e repetido agora em Luiz Inácio Lula da Silva, que esteve com a rainha da Inglaterra outro dia, é inadimplente com essa gente, gente pobre, gente simples, mas fique você devendo para a União, para ver como o "leão" vem com as garras e com os dentes prontos para tomar o que você tiver na mão, quem sabe, para tomar a sua vida.

O Presidente da República, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi à Inglaterra, foi recebido pela pompa

inglesa, aliás, não é bem a Inglaterra, ele esteve na Grã-Bretanha, recebido pela Rainha. Eu imaginei, e na hora me lembrei de uma fábula que dizia: "A rainha e o plebeu". Lembrei do Lula sendo carregado, vindo lá do interior de Pernambuco, vindo para São Paulo, em cima do caminhão de pau-de-araras e ele passeando naquela carruagem bonita, pelas ruas que dão acesso ao Palácio Imperial e me lembrei também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, da Casa de Rotschild que foi a casa bancária que bancou a Guerra da Tríplice Aliança, que foi conhecida aqui por nós, como a Guerra do Paraguai.

A Casa de Rotschild era o sistema bancário do mundo naquela época. Ela comprou o apoio do Brasil, do Uruguai e da Argentina para eliminar o Presidente do Paraguai, General Solano Lopes e para eliminar não só o General, mas o povo paraguaio, porque o povo paraguaio estava crescendo e se desenvolvendo demais e no crescer e se desenvolver demais, o povo paraguaio estava deixando de aplicar os interesses da Casa de Rotschild na República Guarani e precisava ser eliminado da América e assim foi feito. A Tríplice Aliança formada pelo Uruguai, Argentina e o Brasil, invadiram e dizimaram o povo paraguaio, crianças, mulheres, velhos, foram mortos.

Agora, estamos vendo uma dizimação, também, que não é praticado pela Casa de Rotschild, mas pelo sistema bancário do mundo, que vem ao Brasil, vem nos países neoliberais e faz um grande saque. Passam como se gafanhotos fossem, levando toda a produção e dizimando o seu povo.

Vejam o Bradesco, que com o apoio do Governo Federal, com juros exorbitantes que o Governo Federal permite serem praticados neste país. O Bradesco comemorou o seu maior lucro da história contemporânea e nem podia ser diferente.

O Itaú está navegando, nem nadando de braçada está, está navegando em céu azul sendo impulsionado pelo homem que veio de caminhão pau-de-arara, do Nordeste para São Paulo. Lembro-me de uma entrevista do Lula, que a maior alegria dele foi o dia que ele chupou um sorvete, em São Paulo, agora permite, que os bancos arrasem a economia e o povo brasileiro, levando o arroz, o feijão e a comida do povo.

Ainda, o Governo Federal autoriza os bancos, as casas de Rotschild de hoje, a fazerem empréstimos aos aposentados. Fazendo com que os aposentados, que tinham naquela sua pensão, naquela sua aposentadoria, a única maneira de viver, de pagar a quitanda, a padaria, o mercado, a conta da Sanepar, que é também outro roubo no Paraná, e a conta da Copel. Agora, a maioria dos aposentados não podem nem pagar essa conta, porque uma parte das suas aposentadorias e das suas pensões são para pagar o sistema financeiro que financia, com o aval do Governo Federal, e os bancos ganhando fortunas e mais fortunas em cima dos aposentados, autorizados pelo Governo Federal, cujo Presidente da República, mais uma vez eu afirmo, veio num caminhão de pau-de-arara,

de Pernambuco a São Paulo e se sentiu muito feliz quando chupou o primeiro sorvete em São Paulo.

Agora, esse Governo Federal, insensível ao sofrimento do povo do Brasil, deixa esses juros exorbitantes levar daqui para fora as nossas economias. Mas, esse mesmo Governo Federal, que autoriza tudo isso, faz com que os bancos tenham bilhões e bilhões de lucros, é recebido e exaltado pela Coroa da Inglaterra e ainda de carruagem, com cavalos brancos pelas ruas da cidade de Londrina, festejando sabe Deus o quê!

Nós não poderíamos deixar de, nesta oportunidade, também falar que esse mesmo Governo Federal, que não cuida dos juros bancários, que está agora querendo privatizar a BR-116, esta rodovia que liga o Sul com o Centro-Oeste, o Sul com São Paulo, com o Rio de Janeiro, com Salvador. Querem criar os pedágios, aqui no Paraná. Mais ainda, mais pedágio para ir para a Graciosa, mais pedágio para ir para Garuva. São dois pedágios para Garuva, um para Mandirituba. É um verdadeiro absurdo.

Aí nós vamos participar de uma reunião da Agência Nacional de Transporte Terrestre, que não sei por que existem essas agências. A de telefone só serve para bater palmas para a Brasiltelecom, para a Vivo. Essa de Transportes Terrestres, começamos a questioná-los, de repente um almofadinha daquele que mais parecia o agente 007, com uma pastinha na mão disse - "Eu não tenho mais segurança para continuar aqui, vou suspender essa Sessão",.. Suspendeu, foi embora e disse que estava resolvido o problema!

Ora! Disse ele aquele dia que iam ser feitos pedágios e privatização. E nós queremos estar aqui todos os dias para constatar, aqui e na Justiça. Esperamos que o Poder Judiciário possa dar o equilíbrio a esses abusos.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Passamos à Liderança do PPS.

(**Declina**);

PDT. Concedo a palavra ao Deputado Barbosa neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Srs, Deputados, Sras. Deputadas.

As duas maiores cidades com frotas de motocicletas do Paraná, são Foz do Iguaçu e Londrina. São dados do Detran, de 2005, que, por exemplo, apontam que Londrina tem cerca de quarenta mil motocicletas ou motonetas. Trezentos e oito unidades são roubadas anualmente, 26 mortes por mês, uma a cada 28 horas.

Isto no ano passado. Agora, neste ano, os índices de roubos a motocicletas têm crescido assustadoramente, esses dados são oficiais, fora aquelas pessoas que já não se dão ao trabalho de registrar a queixa porque não acre-

ditam mais na eficácia e na recuperação dessas motos roubadas.

As fábricas estão instalando dispositivos para cortar a corrente da motocicleta ou mesmo até impedindo a entrada de chaves falsas. Isso diminui o número de furtos, mas aumentou o número de pessoas que são vítimas de seqüestros, porque são obrigadas a irem junto com os assaltantes para evitar que a moto não seja levada até o seu destino. E lá acabam sendo abandonados, quando têm muita sorte, ou então vítimas de mais violências, isto quando conseguem sobreviver,

Estou citando esse exemplo, porque é um fenômeno que está ocorrendo no Estado do Paraná, onde o crédito fácil, de fácil acesso à comunidade de classe média baixa, propiciou um grande número de motocicletas sendo vendidas a prazo, pago em torno de duzentos reais por mês, em 36 vezes, e se torna dono dessa motocicleta. Mas, a maioria dessas pessoas estão sendo vítimas dos bandidos, perdem a motocicleta e ainda ficam com dívidas nos bancos, créditos retidos, nome sujo no SPC, não podem conseguir o acesso a outros programas de crédito e esse é um fenômeno que se registra e que conseqüentemente a maior segurança pelas próprias motocicletas leva a insegurança dos seus condutores e chegou-se ao absurdo, na cidade de Londrina, que as pessoas que não conseguem guarida do Estado, ou seja, através da segurança, porque é um número cada vez mais freqüente de motocicletas roubadas, elas estão agindo por conta própria, estão oferecendo recompensas para que as pessoas ou os bandidos estejam negociando diretamente com as suas vítimas, como por exemplo o Sr. Fernando Ferreira de Souza, que está oferecendo mil reais de recompensa para o bandido ou para quem possa dar informação sobre o paradeiro da sua motocicleta. Este é um sinal emblemático de que o Estado não tem condições mais de gerir a questão da segurança pública em nosso Estado. Mil reais numa moto que vale quatro, ou que vale cinco, mas que a pessoa, no desespero, para não ficar sem o seu meio de locomoção, e também para não ficar com o seu nome sujo chega a um valor alto como esse.

Então, estou encaminhando um requerimento ao Governo do Estado na tarde de hoje, para que o Secretário da Segurança tome conhecimento desse fenômeno. O Paraná que já tem Delegacias especializadas para combater o roubo de camionetas, já tem Delegacias especializadas para combater os furtos ou roubos de relógios Rolex, ou até um apoio especial dentro da Secretaria para combater os assaltos a joalherias, por que não intensificar a investigação contra as motocicletas? Porque são ferramentas de trabalho para a população mais carente, principalmente a classe média baixa, aquela que se utiliza de motos 125cc, 150cc, sobrevivem graças a esses veículos. E na tarde de hoje, estamos trazendo essa preocupação.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de também trazer uma constatação. A Constituição Federal reza que a segurança é uma atribuição do Estado, mas só que quem não tem condições de recorrer à iniciativa privada lamentavel-

mente no nosso Estado está sem segurança. Grades com muros altos, cercas eletrificadas, cães de guarda, vigias, circuitos internos de TV, vigilância monitorada, são alguns dos recursos que são lançados para que possa dar essa segurança aos cidadãos.

Mas, em Londrina, o próprio Estado se rendeu ao privado, a população que já arrecada os seus tributos para que isso se transforme no combate à violência, agora contratou, nos cinco conjuntos, na Delegacia do 5º Distrito Policial, um serviço de vigilância monitorada de uma empresa particular. Com certeza o Governador Roberto Requião não sabe disso, com certeza ele, que fala tanto, com discurso anti-liberal, que privilegia sempre o Estado Público em detrimento do privado, não sabe que empresários estão pagando a conta para manter presos, que seria uma obrigação da Secretaria de Estado da Justiça, ou do Ministério da Justiça. Esta é a verdadeira terceirização da segurança pública. Na verdade são papéis trocados, quem já paga impostos e deveria receber segurança, não tem segurança, mas tem que pagar os impostos, e ainda pagar pela segurança privada, ou seja, paga duas vezes.

Se o Governo do Estado está permitindo que isso aconteça, esse é mais um dos desvios de conduta ideológica desse Governo, que faz uma coisa e que fala outra.

Se isso realmente continuar existindo, e aqui a culpa não é do Delegado, nem dos policiais, que não têm mais a quem recorrer e buscam um serviço de vigilância monitorada, que o Governo do Estado, então, devolva o que foi retirado da população, através dos impostos. Porque então, retire-se o termo da Constituição que a segurança é uma atribuição específica do Estado.

Veja que triste constatação estamos fazendo na tarde de hoje. Ou o Governo devolve esse dinheiro, ou então que cada um compre o seu revólver, cada um contrate uma empresa de segurança, compre o seu cão, ou então nós vamos continuar vendo policiais militares, que deveriam prestar o serviço de segurança à população, sendo obrigados a fazer “bico”, como morreu um policial militar e o outro está internado, já tetraplégico no Hospital Evangélico de Londrina, do Evangélico aliás foi transferido já para a Santa Casa, segundo a Sra. Vera Rubbo, Presidente do Mepom - Movimento das Esposas dos Policiais Militares.

A que ponto nós chegamos! Veja a inversão de valores: policiais que devem ganhar para trabalhar com a segurança de todos os cidadãos, recebem para fazer “bicos” em empresas particulares. E os empresários, que já pagam seus impostos, têm que pagar por um sistema particular de vigilância monitorada!

Sr. Governador Roberto Requião, abra seus olhos! Srs. Secretários, os senhores têm a obrigação de levar a verdade para que o Governo Roberto Requião possa saber do que acontece de mal no nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Horário destinado à Liderança do PT, concedemos a palavra ao Deputado Elton Welter.

Liderança do PT: Deputado Elton Carlos Welter

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Governo do Presidente Lula, através da Ministra Marina Silva, está fazendo um esforço hercúleo para resolver o problema dos ilhéus. Aliás, um problema herdado, problema onde os ilhéus, aos quais sou solidário, foram de lá tirados sem a devida compensação em pagamento.

Marino, que é o Presidente do Ibama, que aqui representa a questão ambiental, os locais de mata atlântica, os parques públicos, tem feito um trabalho extraordinário. E o Paraná será projeto-piloto, colegas Deputados, para resolver dois problemas: a indenização justa para aqueles ilhéus, herança do passado, e todos sabem que a questão pública, quando se começa um assunto mal feito, para resolver leva tempo. Mas, tenho convicção absoluta de que está ao empenho diuturno do Ministério do Meio Ambiente, do representante do Ibama, Marino Gonçalves, para resolver o problema dos ilhéus.

É o projeto que dará uma solução, acredito, para outros parques da Federação, é um projeto inusitado, porque vai se tratar nos seguintes moldes, isto já está definido e vai acontecer nos próximos dias. É uma pena que talvez os inocentes agricultores foram induzidos a ocupar o parque, porque a determinação do Ibama, a determinação do Ministério do Meio Ambiente - pena que o Deputado Scarpellini não esteja aqui - é para resolver este problema e serem pagos os produtores. Porque a forma de pagamento vai ser da seguinte forma: por exemplo, Deputado Rossoni, eu sou produtor da bacia do Paraná Três; preciso averbar 20% de acordo com a minha propriedade; se tenho dez alqueires, preciso ter, de acordo com a lei, dois alqueires de mato. De acordo com a decisão do Ministério do Meio Ambiente, um produtor que está dentro da bacia vai poder averbar as terras dentro do Parque de Ilha Grande. Não haverá dinheiro dos produtores que tenham um problema, que não conseguiram cumprir com a questão da reserva legal e vão resolver seu problema, vão averbar as terras da Ilha Grande para a compensação da reserva legal.

Vamos resolver dois problemas: além de pagar os ilhéus que foram tirados injustamente, no passado, sem a devida compensação e também o problema de muitos produtores que não tiveram a reserva legal devida, porque agora poderão negociar diretamente com o ilhéu, para que ele possa compensar as terras, que eles têm terras boas, e vão compensar com reserva legal, dentro do Parque de Ilha Grande.

Isto é um projeto. Vai começar pelo Paraná, mostra aqui o esforço que o Governo Federal, que a Superintendência do Ibama está fazendo para resolver este problema, criado no governo anterior, e que agora terá uma solução, espero que ainda neste semestre.

Neste sentido, temos a convicção absoluta de que isto vai acontecer, porque a determinação da Ministra do Meio Ambiente e também ao empenho da burocracia interna do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente, para resolver este problema. E só não foi resolvido por questões puramente técnicas e problemas criados no passado que, infelizmente os produtores não foram devidamente pagos e agora caminha-se para uma solução real.

Aliás, o Deputado José Domingos Scarpellini é sabedor que há um esforço grandioso do Ministério do Meio Ambiente. Quando estivemos lá, visitando a Ministra Marina Silva há quatro, cinco meses atrás, quando ela determinou para o setor competente fazer a avaliação e achar um projeto alternativo para que os produtores possam comprar terras dentro do Parque Nacional de Ilha Grande e resolver o problema da reserva legal.

É um projeto de fato compensador, importante e vai beneficiar muitos produtores.

Concedo um aparte à Deputada Luciana Rafagnin.

A Sra. Luciana Rafagnin (PT)

Gostaria de me somar com V. Exa. Dizer que há um bom tempo estamos acompanhando o problema dos ilhéus.

Quero endossar suas palavras, que não foi um problema criado no Governo Lula, mas, sim, um problema de muitos anos e nada resolvido.

Desde que assumi nesta Casa, desde 2001, estamos acompanhando essa problemática que vive o pessoal dos ilhéus. É mais do que justo que se resolva essa questão.

No início do mandato do Presidente Lula tivemos audiência com a Ministra Marina Silva. Estamos diariamente conversando com Marino, responsável aqui pelo Ibama. O que o Marino nos adianta é que neste mês de março dariam uma solução para esse problema.

Estamos acreditando nisso e esperamos que façam justiça com esse povo.

Muito obrigada!

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Estou achando que tem alguns advogados afoitos para terem os seus encargos merecidos. Mas, agora que temos uma solução desenhada, clara, que vai resolver problemas de produtores que não têm a sua reserva legal; resolver problemas dos ilhéus que foram historicamente injustiçados, não é possível não admitir isso, porque há um esforço grandioso por parte do Ministério do Meio Ambiente e do Superintendente do Ibama, o Sr. Marino Gonçalves.

Sabemos que é muito difícil achar soluções eficientes que possam pagar justamente àqueles produtores.

Concedo um aparte ao Deputado José Domingos Scarpellini.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Gostaria de dizer para V. Exa. que essa proposta de transformar as áreas do Parque Nacional de Ilha Grande em área que possam pagar reserva legal fora, no continente, foi elaborada por nós e levamos à Ministra Marina Silva. E ela pediu ao seu corpo técnico que fizesse o estudo sobre a viabilidade técnica dessa questão, bem como da questão da avaliação em sessenta dias. Isso faz mais de dez meses, Deputado!

Aqueles agricultores estão sem comer. Muitos estão trabalhando de bóias-frias na propriedade dos outros, porque não têm o que comer, o que alimentar seus filhos.

E ainda, Sr. Deputado Elton Welter, esses agricultores estão sendo executados por deverem impostos à União!

Vamos raciocinar: eles não receberam da União o que têm direito e a União ainda os executa e, além disso, coloca no cadastro de inadimplência nacional. O senhor acha justo isso, Deputado?

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT)

Agradeço pelo aparte.

Não acho justo, como não achei justo que, no passado, os agricultores fossem tirados de lá sem a devida remuneração. Agora, há uma definição clara que vai ter solução. Isso mostra o empenho, a dedicação e a determinação do Governo Federal e, aqui, coordenado pelo Marino Gonçalves, que foi criticado por V. Exa.

O Marino está fazendo um esforço grandioso para buscar um solução. Nós sabemos que, tanto os ilhéus serão indenizados justamente (infelizmente, foram muito injustiçados durante todo esse tempo), como também muitos produtores da região conseguirão resolver um problema da reserva legal. Eles vão poder averbar para compensar, dentro das suas terras, para ter a reserva legal, de acordo com a lei, averbada dentro do Parque de Ilha Grande. Projeto-piloto para o país que está definido e determinado pelo Ministério do Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Liderança do PSDB.

Com a palavra o Sr. Deputado Ademar Traiano.

Liderança do PSDB: Deputado Ademar Traiano

O SR. ADEMAR TRAIANO

Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Uso a tribuna para fazer uma solicitação à Secretaria dos Transportes, a um pedido de informação encaminhado à Mesa, na tarde de hoje, que diz respeito a uma obra executada na nossa região (na região Sudoeste do Paraná).

Deputado Reni e Deputada Luciana conhecem muito bem o trecho. É uma obra de recuperação asfáltica dessa história que o Governo do Paraná tenta, por meio de uma ação publicitária muito intensa e forte, convencer os paranaenses de que está investindo na malha viária do Paraná.

Srs. Deputados, Srs. Deputadas.

Eles executaram um trecho de aproximadamente oito quilômetros da cidade de Santo Antônio do Sudoeste ao Distrito de Marcianópolis, no município de Santo Antônio, caminho a Barracão. Por que trago essa dúvida? Por que questiono isso, Srs. Deputados?

Recebo de um senhor de oitenta e dois anos, da minha cidade, proprietário do hotel mais antigo, um senhor que é uma referência na cidade, aposentado, a vida inteira dedicada a um pequeno hotel, um expediente dizendo que ele acomodou os funcionários de empresa durante a execução da obra, porém, acabado o serviço, foram embora e deixaram a conta para pagar, quebrando esse senhor, que é um patrimônio da nossa cidade.

Recebo um expediente extenso em que o proprietário do hotel anuncia, no seu encaminhamento, como “Destruidora Triunfo”, referindo-se à Construtora Triunfo. Não quero fazer nenhuma acusação leviana à Construtora Triunfo, até porque não tenho a informação oficial. Encaminhei à Mesa um requerimento solicitando essa informação para saber se foi a Construtora Triunfo que executou a obra ou se subempreitou; e quem é a subempreiteira que executou o serviço, até porque é uma vergonha o que fizeram nesse trecho. A estrada está totalmente esburacada, dinheiro jogado pelo ralo, irresponsavelmente e, além de não executarem um serviço de boa qualidade, quebraram um pequeno empresário da minha cidade, que ao longo de seus 82 anos construiu o seu pequeno patrimônio e hoje está usando o dinheiro da sua aposentadoria e diz aqui na sua correspondência, para pagar a dívida de uma empresa que vai à cidade e deixa esse pequeno empresário numa situação difícil.

Portanto, Srs. Deputados, é oportuno fazermos aqui essa referência desse engodo que o Governo mostra aos paranaenses. Por onde nós andamos, as estradas que se dizem recuperadas estão totalmente esburacadas. Dinheiro jogado pelo ralo!

Quero crer que a Construtora Triunfo esteja a serviço de alguém na região Sudoeste do Paraná. Subempreitando a obra para que essa empresa do Sudoeste, não sei de onde é, fature dinheiro às custas da própria Triunfo.

Com aparte, Deputado Reni.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Acompanho o seu pronunciamento e tenho certeza que V. Exa., com muita propriedade faz, porque foi Prefeito de Santo Antônio do Sudoeste, mas quero me somar a V. Exa. em dois aspectos: esse distrito de Santo Antônio, que V. Exa. se reporta, Marcianópolis, casualmente

foi neste distrito que nasci, tenho lá muitos familiares e também casualmente estive lá há uma semana atrás. Inclusive, pediram-me alguns amigos lá, que eu entrasse com um requerimento pedindo a melhoria nesse trecho que V. Exa. fala, que foi recapeado no ano passado. E V. Exa. também fala em pedir documentos para comprovar essa situação.

Não conheço essa construtora, não sei quem está por trás, por frente, quem assina, mas conheço a pessoas do Sr. Zods. E entre a palavra dele, que V. Exa. fala que tem um documento e quem o Governo vai dizer que é o responsável, não só pelos gastos, mas também pelo recape dessa rodovia, fico com a palavra desse pioneiro de Santo Antônio.

Uma pessoa que, com certeza, a exemplo de muitas microempresas do Paraná, acredita na honestidade das pessoas. E seria até uma incoerência por parte do Governo, se não exigisse, pelo menos antes de efetuar os pagamentos, que essas empreiteiras, que pegam somas vultosas dos cofres públicos, saiam dos locais onde prestam os serviços sem resgatar com seus compromissos. A maioria deles com microempresas que é o que o Governo tem dito que é prioridade desse Governo.

Muito obrigado.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Muito obrigado, Deputado Reni. V. Exa. é da área, conhece perfeitamente, nasceu no distrito de Marcianópolis, faz política na região. Realmente é vergonhoso, até porque, Deputado Reni, quando se instalaram nesse hotel, a informação era de que seriam funcionários do DER. Envolve o próprio Estado e o Estado não toma providências.

Estou aqui fazendo a defesa do patrimônio público porque o dinheiro investido nesse trecho foi para o ralo. É uma vergonha! Além de estarem jogando dinheiro público pelo ralo, liquidaram com um pequeno empresário que sobrevive às mínguas da sua aposentadoria e que faz todo um histórico nesta documentação aqui encaminhada, apresentando cópia de notas fiscais, enfim, de diárias, de refeições que esses funcionários acabaram fazendo no seu hotel e lamentavelmente deram o calote na empresa em Santo Antônio do Sudoeste.

Apenas esse registro que gostaria de fazer e vou aguardar a resposta do Sr. Secretário dos Transportes, para que possamos, na sequência, tomar as medidas cabíveis e necessárias, já que esse Governo se intitula sério e honesto, que também tome as providências no sentido de agir imediatamente, para, pelo menos, fazer com que a empresa que lá executou a obra, cubra os prejuízos desse pequenos empresários da minha cidade.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Liderança do PMDB, Deputada Elza Correia.

Liderança do PMDB: Deputada Elza Correia

A SRA. ELZA CORREIA

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, todos que nos visitam.

Uso a palavra neste momento, para colocar a seguinte questão: neste domingo, ontem, foi feito em Curitiba um encontro com o candidato a candidato à Presidência da República, nosso companheiro Rigoto. Em Londrina, hoje, houve uma reunião também para a apresentação do nome do Anthony Garotinho. Portanto, a tese de candidatura própria para o PMDB está colocada.

Em relação a esta Deputada, não é nenhuma novidade, porque na eleição passada, defendi, junto com outros companheiros do PMDB que deveríamos apresentar candidatura própria, tese vencida em algumas regiões. No segundo turno, o PMDB apoiou em vários locais os candidatos do PT. Entendo que a candidatura própria é extremamente importante para o Partido, porque sem dúvida nenhuma, é através de candidatura de nomes colocados para disputar a Presidência da República, que a população tem condições de analisar, avaliar e conhecer as teses do Partido. A apresentação de candidatura própria fortalece e legitima os partidos políticos. Não consigo entender um Partido político de peso, como é o PMDB no país, sem que tenha quadros e nomes para disputar eleições ao Governo do Estado, à Presidência da República, às prefeituras.

O momento da campanha eleitoral é o momento de os partidos terem suas condições de visibilidade, linha de ação política, defender as suas propostas e apresentar as suas alternativas. Por isso, fazem-se extremamente importantes essas discussões pelo Estado, em relação a esses dois companheiros.

Estivemos, hoje, em Londrina, na presença de vários Vereadores da região, prefeitos - aqui da casa estavam os Deputados José Maria, esta Deputada, Artagão Júnior - e, agora, o companheiro Garotinho faz uma maratona pelo Estado, no que será recebido em Foz do Iguaçu, pelo companheiro Dobrandino.

Eu queria deixar consignado, então, que a nossa participação nessa discussão, prioritariamente, não é no nome do Garotinho ou no nome do Rigoto, é na tese da candidatura própria - esta, sim, é a tônica da nossa defesa. Hoje, estivemos participando daquela reunião, na qual consideramos que os partidos se fortalecem e se legitimam, através deste momento muito especial, para a discussão das nossas teses.

Em função de a imprensa estar nos procurando, conversando conosco em relação à nossa posição, queria deixar muito claro aqui na Casa, que vamos para as prévias e se ganhar o companheiro Rigoto, será o nosso candidato; se ganhar o Garotinho, será o nosso candidato, do ponto de vista da nossa defesa do nome que defenda as propostas do PMDB.

Nesse sentido, acho importante que no dia 19 os companheiros do PMDB participem da nossa convenção, do nosso grande encontro, em que tiraremos o nome, aí, sim, definitivo para se posicionar como candidato do Partido, nas próximas eleições à Presidência da República.

O PMDB é uma alternativa, tem propostas diferenciadas para o Governo. Temos a nossa preocupação, principalmente com a política econômica do atual Governo, que não satisfaz ao PMDB e nem às camadas de menor poder aquisitivo do nosso país.

Portanto, é de fundamental importância que apresentemos a nossa proposta, a nossa idéia em relação a essa questão. Evidentemente que dentro do Partido há divergência, há aqueles que entendem que candidatura própria, neste momento, não seria adequado, mas posso garantir que essa ala do Partido não é majoritária, não é maioria e prevalece dentro do Partido a maioria dos peemedebistas, defendendo a tese de candidatura própria.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Horário da Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sra. Deputada.

Na verdade iria pedir a V. Exa., Sr. Presidente, que convidasse o Deputado Mauro Moraes para estar presente no plenário para fazermos aqui um debate, porque vejo o jornal Semanário do Norte Pioneiro, onde o Deputado - atenção Deputado Mauro Moraes, se o senhor estiver no Gabinete, desça, porque o senhor tem que dar explicações para nós - o Deputado Mauro Moraes diz aqui que a Oposição está adiando de propósito a votação, votação que é de autoria do Poder Executivo, do salário-mínimo.

Tenho falado muitas vezes que aqui tem Deputados e Deputados. Tem aqueles que estão diariamente aqui, não criam fantasias, não criam ilusões, todos os projetos que vêm a esta Casa merecem o estudo e, se necessário for, emendas e o debate desses Parlamentares. Outros são meros Deputados, que foram eleitos, foram diplomados, mas nunca subiram à tribuna a não ser para dar título de Cidadão Honorário e eu não tenho mais paciência para aceitar essas determinadas atitudes.

Vejam: o Deputado Mauro Moraes disse que a Oposição não está permitindo que o projeto caminhe nesta Casa. Aí já demonstra que o Deputado Mauro Moraes não participa da vida desta Casa, porque eu Líder da Oposição, quando o Governo anunciou este projeto, falei que era favorável. Agora, vem o ilustre Parlamentar, que nunca vi discutindo um projeto nesta Casa e talvez não tenha necessidade, porque ele só diz amém ao Governo, agora vem atribuir à Oposição que estamos obstruindo a votação.

Lamentavelmente, talvez seja a ausência do Parlamentar neste plenário que faz com que ele cometa tal equívoco.

Por essa razão, quero aqui dizer a V. Exas. que talvez eu esteja provocando o grande pronunciamento do Deputado Mauro Moraes nesta Casa e o grande debate, porque ele inclusive quer aqui dizer que é de autoria dele. Eu nunca vi um projeto ser de autoria do Executivo e do próprio Deputado. É uma coisa meio mágica!

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Aliás, Deputado Rossoni, ele é polivalente, porque ele tem esse trabalho aqui e tem na Prefeitura. Tudo o que o Governador faz é do Mauro Moraes e na Prefeitura é a mesma coisa, o que o Prefeito Beto Richa executa, o Mauro Moraes entra de carona e ele é “o pai da criança”.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas, eu, Deputado Traiano, outro dia quando subi à tribuna não citei nomes de Parlamentares, porque acho antiético, não cabe a este parlamentar, aqui, analisar a conduta de Parlamentares.

Agora, não posso aceitar que alguém que dá uma declaração dessas, passe imune por esta Casa, porque eu me considero, Deputada Elza, um Deputado que participa da vida legislativa desta Casa.

Estou aqui permanentemente, ou apoiando, ou debatendo, ou discutindo, ou fiscalizando o Governo, e não posso me sujeitar a um parlamentar que classifico medíocre nesta Casa, estar aqui querendo fazer considerações, aos Deputados de Oposição. Nós merecemos o respeito! Eu aceitariam, sim, uma crítica de Parlamentar do Governo que está aqui trabalhando junto conosco, porque a crítica faz parte da vida pública. Agora não aceito crítica de quem não vive nesta Casa, de quem é ausente, de quem aqui é “vaquinha de presépio”, de quem nunca disse não, de quem nunca encaminhou um projeto, de quem nunca deu e nem disse nada nesta Casa, a não ser fazer o que o Deputado Traiano disse: se o Governador Requião vai a um bairro e abre um posto policial, ele corre com uma faixa e meia-dúzia de ofícios e faz a mesma coisa. Se o Prefeito Beto Richa asfalta uma rua lá no bairro “X”, ele corre lá com meia-dúzia de ofícios e distribui os ofícios dizendo que foi ele. Até parece que ele esqueceu que ele não apoiou o Beto Richa para Prefeito de Curitiba.

Concedo um aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Deputado Rossoni, V. Exa. levanta um tema da maior relevância para este Poder, este Poder que é o primeiro dos três Poderes. Há certos políticos que se elegem para se eleger apenas, não têm um ideal de cumprir as suas funções na plenitude ou seja, aquelas de fiscalizar a aplicação do dinheiro público, ou apresentar leis coerentes, ou ser, efetivamente, um Parlamentar de verdade. Não pode ser um Parlamentar de verdade aquele que fica

o dia inteiro andando, casa por casa, distribuindo relógios, ou está a manhã inteira na rádio falando aos ouvintes, cadastrando, preenchendo ficha das pessoas para depois frequentar as suas casas.

Temos que ter uma avaliação crítica de cada um, aqui, Deputado Rossoni. E eu comungo em gênero, número e grau com V. Exa., nós não temos a totalidade dos Deputados exercendo a sua função. E agora é época de eleição e vamos para o debate, o debate de quem conhece. A população clama por voto distrital porque ela quer conhecer melhor os candidatos e eles ficam escondidos aqui, muitas vezes fazendo de conta que estão participando, mas estão apenas aparecendo na fotografia. Então, V. Exa. tem toda a razão, chega de Parlamentar buscar carona no Poder Executivo, que gasta dinheiro que é do povo, para buscar eleger-se. Vamos atuar como manda o figurino, porque a população não agüenta mais.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Concedo um aparte ao Deputado Reni Pereira.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Deputado Rossoni, eu havia me inscrito, inclusive, no Bloco, só não o fiz porque contatei com o Deputado Mauro Moraes que me disse que estaria indo à Prefeitura em uma audiência com o Prefeito Beto Richa, e não costumava falar, mas me somo a V. Exa. Não li esse jornal que V. Exa. está se reportando, mas li a Gazeta do Povo do dia de ontem, e lá ele diz que a Oposição está articulando na CCJ. Eu faço parte da CCJ, não sou do Bloco do Governador, era do Bloco Independente, acabou, então, logicamente, sou da Oposição, e eu não me lembro de ninguém ter votado contra o relatório do Deputado Hermes da Fonseca. Quem pediu vistas foi, sim o Deputado Bradock, que é do PMDB, o Partido do Governador. Então, primeiro ele tem que se inteirar quem são os Deputados da CCJ, e quais os Partidos, a não ser que o Deputado Bradock já está na Oposição e eu não estou sabendo, mas até onde me consta, o PMDB é o Partido do Governador.

Quero fazer essa ressalva à CCJ. Tão logo entrou o projeto, foi relatado e foi aprovado com o pedido de vistas do Deputado Bradock.

O SR. VALDIR ROSSONI

Concedo um aparte à Deputada Elza Correia.

A Sra. Elza Correia (PMDB)

Mas olha, aqui do PMDB, até o presente momento, estamos eu e o Deputado Bradock, dois Deputados.

Acho que uma fala desta natureza merece, pelo menos, uma posição nossa. Evidentemente que não vou, não é o meu feitio, adjetivar o Deputado Mauro Moraes, como não faria a nenhum companheiro da Casa, é uma questão de posição. Por outro lado, acho que ficamos numa situação bastante constrangedora porque o Parlamento, de um modo geral, tem, às vezes, essas questões

de se aproveitar de projetos executivos, até de idéias de outros colegas, enfim é uma forma de fazer política constrangedora, indelicada e não coerente, incorreta, na nossa avaliação.

Portanto, não está aqui o Deputado Mauro Moraes, o que é uma pena porque ele terá, na próxima Sessão, de nos fazer um esclarecimento. Agora, coloco-me também, perante V. Exa. e aos demais colegas, como constrangida diante de uma situação dessa natureza. Ele vai ter que dizer se deu ou não essas declarações porque nem tudo que sai nos jornais é verdade. Não estou sendo advogada do diabo, mas apenas para manifestar a minha posição de desconforto diante da denúncia de V. Exa. que se baseia nas informações dos jornais.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

É importante, e aqui recebo a informação porque não faço parte da CCJ, Deputado Reni, o pedido de vistas foi feito pelo Deputado Bradock. Daí a demonstração que está desinformado o ilustre Parlamentar da tramitação desse projeto.

Eu fiz este pronunciamento porque estou sedento para ouvir a voz de muita gente aqui dentro desta Casa.

Muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 41 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 363/05, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, autorizando o Governo do Estado a implantar Programa de Atendimento Psicopedagógico e Social nas escolas da rede pública de ensino fundamental e médio, e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/05, de 07/06/05).**

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 243/05, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, instituindo o Programa Estadual de Fomento e Incentivo ao Esporte Amador, Olímpico e Pára-olímpico. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. COM PARECER CONTRÁRIO DA CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 674/05, de autoria do Deputado Marcos Isfer, alterando a Lei nº 10.233 de 28 de dezembro de 1992, reduzindo e isentando os valores da taxa ambiental, no cadastramento do Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal legal e áreas de preservação permanente - Sisleg - Iap. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 674/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei de autoria do Deputado Marcos Isfer tem como fim a alteração da Lei nº 10.233/92, no que tange à Taxa Ambiental, em alguns casos, reduzindo e isentando-a no cadastramento do Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal legal e áreas de Preservação Permanente - Sisleg - IAP.

Fundamentação

Quanto à constitucionalidade de tal projeto, este resulta constitucional, pois, dispõe a Constituição Federal, do seguinte texto:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

Ainda, na Constituição Federal, podemos transcrever:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

(...)

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma de lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso de recursos naturais.

Portanto, tendo em vista a justificativa para este projeto de lei, que visa o incentivo à preservação das florestas, podemos afirmar que não há nenhum óbice constitucional ou legal para a aprovação do projeto em pauta.

Conclusão

Estando consoante o projeto, com a competência legislativa, o projeto não encontra nenhum empecilho a prosperar.

No que tange à legalidade, o projeto em questão verificou os requisitos da Lei Complementar 95/98, não havendo incoerência alguma para sua plena aplicação.

Dessa forma, o parecer é pela constitucionalidade do projeto de lei analisado.

Sala das Comissões, em 13.12.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Em votação.

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, como autor do projeto que oferece o título de Cidadão Honorário a Dom Agostinho que, durante anos, exerceu a sua função como Bispo de Palmas e de todo Sudoeste, gostaria, nesta oportunidade de pedir o voto de todos aqueles que o conhecem, como o Deputado Valdir Rossoni, Deputado Bradock, Deputado Anibelli, Deputado Nereu Moura, Deputado Traiano, todos sabem da sua atuação, da forma como Dom Agostinho sempre atuou e colaborou na região para fazer com que a Igreja Católica estivesse ao lado daqueles que mais precisam.

Então, sem sombra de dúvida, é extremamente meritório que neste momento, a Assembléia possa homenagear aquele que, durante setenta anos, serviu àquela região.

Gostaria, nesta oportunidade, de pedir a todos os Deputados desta Casa, o voto favorável a esta homenagem.

Queria dizer que a Deputada Luciana também conhece muito bem o trabalho de Dom Agostinho.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) (Para Encaminhar)

Quero endossar as palavras do Deputado Marcos Isfer e parabenizá-lo por esse projeto, pelo título.

Dom Agostinho realmente é merecedor. Nós conhecemos bem toda a sua história, a sua trajetória e o Delegado Bradock também. Conhecemos todo o seu tra-

balho e o que fez de maneira especial pela região Sudoeste do Paraná.

Quero parabenizar o Deputado Marcos Isfer e me somar neste momento e dizer que somos totalmente favoráveis, porque Dom Agostinho é bem merecedor desse título.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Carlos Simões, para que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Carlos Simões)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

Sr. Presidente, 38 Deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Convido dos Deputados Bradock, Duílio Genari e o Padre Paulo para o escrutínio dos votos.

Está aprovado o projeto por unanimidade.

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (Pela Ordem)

Gostaria apenas de utilizar a palavra para agradecer a todos os companheiros desta Assembléia e dizer, que sem sombra de dúvida, fizemos justiça a um companheiro que sempre batalhou por aqueles que precisam e de uma forma justa no Sudoeste do Estado do Paraná e dizer que foi quem crismou o nosso companheiro Reni Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Há sobre a Mesa um Requerimento nº 353, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente, que requer votação em bloco dos itens 5, 6 e 7. Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, está em votação os itens 5, 6 e 7.

Discussão Única (Proposições)

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - do Proposição nº 049/05, veto apostado ao Projeto de Lei nº 002/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a alínea "C", do inciso V, do artigo 14, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003. (IPVA). COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 077/05

Curitiba, 15 de junho de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 103/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo

71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 002/05, tendo em vista que por ensejar renúncia de receita pela ampliação de abrangência de isenção tributária, fere os artigos 133 e seguintes da referida Carta Constitucional e desobedece determinações da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 002/05, encontra-se publicado no DA nº 001/05, de 16/02/05, em o Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO AO VETO GOVERNAMENTAL Nº 049/05

P A R E C E R :

Relatório

O presente veto governamental é em relação à proposição aprovada neste Legislativo, de iniciativa do Deputado Hermas Brandão, a qual altera a alínea “c”, do inciso V, do artigo 14, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que trata do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores. (IPVA).

A justificativa do veto, segundo o Chefe do Poder Executivo Estadual, é por julgar a proposição inconstitucional, uma vez que, na opinião do Governador, a iniciativa enseja renúncia de receita, e, neste sentido, da forma proposta, fere o artigo 133 e seguintes da Carta Constitucional e desobedece às determinações da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a denominada Lei de Responsabilidade Fiscal.

Voto do Relatório e sua Fundamentação

A função desta Comissão de Constituição e Justiça na apreciação dos vetos governamentais, no nosso entendimento, se desdobra em duas funções: a primeira de ordem formal e conclusiva, quando se observar se o veto observou as exigências legais, como a legitimidade da autoridade que apresentou o veto e, acima de tudo, se apresentado no prazo constitucional.

A segunda função, embora não haver expressa disposição regimental e quem o entende desnecessária, é de ordem opinativa, servindo como base para a apresentação do veto em plenária, quando se fundamenta por razões de inconstitucionalidade ou juridicidade da proposição. Já se o fundamento do veto é por razões de interesse público, estamos discutindo uma questão de mérito. Logo, o parecer opinativo, neste caso, na mesma lógica, deveria ser da Comissão Permanente de Mérito competente. Porém, como não há esta previsão regimental, talvez até com acerto, pois o próprio Plenário fará a análise direta da conveniência ou não, ao apreciar o veto. Já se as razões são de ordem formal, continuamos a entender que con-

vém esta Comissão manifestar-se sobre os fundamentos da inconstitucionalidade ou antijuridicidade invocada, ainda que em forma de mero parecer opinativo, vez que não pode ter função terminativa.

Quanto ao exame das formalidades, o autógrafo do presente projeto de lei foi encaminhado, e recebido pelo Executivo Estadual no dia 31 de maio de 2005, ao passo que o veto, assinado pelo Governador do Estado, foi encaminhado e recebido nesta Casa no dia 20 de junho de 2005. Logo, considerando o calendário de dias úteis deste período, o veto foi apresentado dentro do prazo estabelecido no parágrafo primeiro do artigo 71, da Constituição Estadual.

Quanto às razões do veto, que são de ordem formal, logo, entendemos cabe a esta Comissão opinar pela justificativa da mesma.

Ao apreciar originalmente a proposição esta Comissão aprovou favorável de lavra do ilustre Deputado Ratinho Júnior, que emitiu parecer pela constitucionalidade da proposição. Considerando que este Parlamentar não esteve presente naquela Sessão, tomamos a liberdade de concordar com o chefe do Executivo Estadual, e na, esteira de outras manifestações, entendemos que a proposição efetivamente está desacompanhada do devido impacto orçamentário e financeiro, exigido pela norma invocada.

Conclusão

Destarte, somos de parecer favorável no sentido do regular processamento do presente veto, vez que apresentado na forma legal, e quanto às razões do veto, opinamos pela remessa do veto diretamente para apreciação no plenário desta Casa, recomendando, no entanto, a manutenção do veto, posto que devidamente fundamentado.

Sala das Comissões, em 20.09.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - do Proposição nº 116/05, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 270/05, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a ceder o imóvel que especifica ao município de Jesuítas. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 210/05

Curitiba, 22 de novembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 307/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 270/05, por considerá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista a possibilidade de que o imóvel, cuja doação é pretendida, venha a ser utilizado por órgãos

da própria Administração Estadual, e ainda, porque formula trato equivocado e conflitante entre o artigo 1º e parágrafos do artigo 2º.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 116/05, encontra-se publicado no DA nº 112/05, de 17/10/05, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 116/05

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 270/05, de autoria do Deputado Nereu Moura, autorizando o Poder Executivo a ceder o imóvel que especifica ao município de Jesuítas, foi objeto de veto do Sr. Governador Roberto Requião.

Chamada esta relatoria a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer de que o mesmo encontra-se em condições de ser apreciado pelo plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 13.12.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - do Proposição nº 001/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 096/04, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que modifica a Lei nº 11.911 de 01 de dezembro de 1997, e dá outras providências. (Transporte gratuito aos portadores de deficiência). COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 265/05

Curitiba, 27 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 380/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 096/04, tendo em vista pronunciamentos da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem, considerando a medida inexecutável e, portanto, contrária ao interesse público, ressaltando que as dificuldades operacionais que impedem a materialização dos direitos formais pretendidos pela mencionada lei, bem como propõe seja instituída uma comissão especial para a regularização, que reúna todas as intenções e projetos já em trâmite e, resulte em uma única proposição viável, sem impactos ao sistema de transporte e seus usuários.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 096/04, encontra-se publicado no DA nº 021/04, de 31/03/04, em o Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 01/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 96/04, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo modificar a Lei nº 11.911 de 01 de dezembro de 1997, e dá outras providências. (Transporte gratuito aos portadores de deficiência).

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo sancioná-lo-á.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto.(...) (grifo nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somo favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 21.02.06.

(aa) DURVAL AMAARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, gostaria de convidar aos demais Pares desta Casa, em relação ao item cinco, projeto de lei do Deputado Hermas Brandão. Projeto que na verdade altera a Lei do IPVA, concedendo isenção aos portadores.

Essa isenção aqui no Paraná, inclusive quando o Deputado Ângelo Vanhoni era Líder do Governo, tivemos oportunidades de, no ano de 2003, conceder essa isenção que nada mais é do que adequar a Legislação Estadual, à Legislação Federal. E o projeto do Deputado Hermas Brandão, em que pese a justificativa do veto ter sido ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal, acredito que faltou um pouquinho mais de aprofundamento por parte do Governo, porque ele poderia ter visto que essa lei já está em vigor desde 2003, aqui no Paraná.

O projeto do Deputado Hermas Brandão, na verdade, vai melhorar a aplicação dessa lei, porque a isenção

que está estipulada é diretamente ao portador de necessidade especial ou então ao tutor e curador.

O que enseja ou está ensejando é muita burocracia e o projeto do Deputado Hermas Brandão vem facilitar, criando esse carro. Pode estar no nome do pai do deficiente, quando menor de dezoito anos que vai usufruir do mesmo benefício.

Só gostaria de falar aos demais Deputados, que na verdade esse veto foi colocado equivocadamente pelo Governo, como se fosse abrir mão da receita. Não está abrindo mão de receita, porque essa isenção já está em vigor desde 2003. O que vai fazer é facilitar a aplicação dessa isenção.

Então, peço votos pelo NÃO para que possamos derrubar este veto e possamos facilitar a vida de 1 milhão e 200 mil portadores de necessidades especiais do Paraná.

Na verdade, nem todos têm carros, mas um dia poderão ter e com certeza esta isenção vai beneficiá-los.

A Campanha da Fraternidade estimula, justamente, os legislativos estaduais e federal, para que criemos condições de facilitar a vida dos portadores de necessidade especial.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (**Para Encaminhar**)

Nossa Bancada é favorável à derrubada do veto.

Entendemos, na mesma linha de raciocínio do Deputado Reni Pereira, que o projeto do Deputado Hermas Brandão só vem a melhorar aquilo que já está consignado em lei no Estado do Paraná. Todos os portadores de deficiência física que conquistarem a condição de poderem obter um automóvel para sua locomoção, já têm a isenção do IPVA no Estado do Paraná. Esta lei é anterior a de 2003. E está em vigor.

O que precisa ser melhorado é a proposta do Deputado Hermas Brandão, que não faz ônus financeiro nenhum para o Estado, porque o veículo propriamente dito já está isentado de IPI e ICMS. A simples isenção das taxas de recolhimento do IPVA não trará nenhum malefício para as receitas do Estado.

Então, a argumentação que está apensada no projeto e que justifica o veto não é uma má compreensão daquilo que podemos aperfeiçoar.

Estou pedindo à Bancada do PT e aos demais Deputados para que votem NÃO ao veto apostado a este projeto, que é um projeto que vem agregar uma condição melhor aos portadores de necessidade especial no Estado do Paraná.

Tem um outro veto que deverá ser discutido e faço primeiro um pedido de esclarecimento à Mesa: o veto ao projeto do Deputado Tadeu Veneri que estipula que aqueles que têm renda baixa, isto é, até um salário-mínimo e meio ou dois salários-mínimos de renda, esses que tiverem esta renda baixa na sociedade paranaense e que forem portadores de uma necessidade especial, que necessitem se locomover de Foz do Iguaçu a Curitiba, ou de Londrina a Curitiba, ou de Ponta Grossa a Curitiba,

possam utilizar os veículos da rede de transporte coletivo intermunicipal de forma gratuita; gostaria de saber se este projeto será apreciado seu veto juntamente com o veto ao item número 5?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Serão votados em bloco, os itens 5, 6 e 7.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (**Para Encaminhar**)

Então, nós pedimos aos Srs. Deputados, porque não entendemos e já levei esta argumentação ao Governador do Estado do Paraná. A argumentação do Governador Roberto Requião e sua assessoria é a de que poderia trazer algum engano, pessoas de má fé poderiam se utilizar desta lei para obter passagens gratuitas para vir de Foz do Iguaçu ou de Londrina para a capital do Estado ou vice-versa ou ir daqui da capital para qualquer lugar do interior do Estado.

Não é possível isto acontecer, porque quem vai disciplinar a concessão deste benefício é a Secretaria de Estado dos Transportes, através de um credenciamento, através de critérios claros, tem que ter uma renda familiar baixa que justifique este benefício no transporte intermunicipal. E aqueles que são portadores de uma necessidade especial e que necessitem deste transporte para ter uma condição melhor de vida, muitas vezes para ir a uma consulta médica, fazer um tratamento de fisioterapia ou de fonoaudiologia ou consultar um departamento médico na área de neurologia, que é muito importante. E nós sabemos que não temos essas especialidades no interior do Estado do Paraná. Então, uma criança com paralisia cerebral, uma criança com Síndrome de Down, uma criança que sofreu qualquer lesão na sua coluna, com sete, oito anos de idade, muitas vezes de uma família carente, de uma família de pequenos agricultores do Estado do Paraná tem muitas dificuldade para que sua locomoção possa ser concretizada para vir ao Hospital das Clínicas e obter uma consulta gratuita pelo SUS, com especialistas desta natureza.

Então, não entendo o veto do Governo do Estado. Este é um momento importante, a CNBB coloca na sua campanha da fraternidade exatamente que as instituições, as autoridades, a sociedade civil, percebam as possibilidades de que a gente possa melhorar as condições de vida daqueles que têm alguma deficiência na sociedade brasileira.

Peço aos Srs. Deputados, não apenas do meu Partido, do PT, mas faço um apelo aos Deputados do PMDB, que para corrigir um mal assessoramento dado ao Governador Roberto Requião, vetaram a concessão para uma família que ganha até dois salários-mínimos, tem que comprovar isso, ou possa obter uma passagem de um ônibus intermunicipal para trazer uma criança à cidade de Curitiba para obter algum benefício do ponto de vista médico.

Então, Sr. Presidente, este é o meu apelo, e gostaria que os Deputados, se pudessem, fazer voto não a esses

vetos, que são vetos que vão na contramão daquilo que o Governador tem feito no Estado do Paraná.

É um homem sensível, tem sensibilidade com as pessoas mais pobres, tem sensibilidade com aqueles que mais precisam, fez uma revolução na área de atendimento à educação especial, sobretudo para as APAEs; mas nesse quesito em relação ao transporte coletivo intermunicipal, diferentemente do que acontece na Capital do Estado em várias cidades aonde a passagem é gratuita como em Maringá, como em Londrina, como em São Paulo, como no Rio de Janeiro, em outros estados isso já acontece, é uma incongruência não acontecer aqui no Estado do Paraná.

Então, peço aos Srs. Deputados, não traz ônus nenhum para o Estado, tem que comprovar a renda e tem que ser portador de uma necessidade especial.

Gostaria que os Srs. Deputados se pudessem nos acompanhar na derrubada desses dois vetos, um é do Deputado Hermas Brandão, que é um insignificância, que é uma isenção porque a lei prevê, Srs. Deputados, só para esclarecer, a lei prevê que se você tem um filho que é portador de uma necessidade especial mas ele caminha, vai à escola está se desenvolvendo, tem uma chance de crescer, de se inserir na sociedade de qualquer maneira, essa família, pela lei federal e pela lei do Estado do Paraná, pode comprar um carro para esse criança, desde que ele tenha a mínima condição de dirigí-lo, e ele tem isenção de ICMS, que é a maior carga tributária, e de IPI que é outra carga tributária federal.

Pois bem, o que se pretende é que quando o pai tiver que dirigir o carro, desde que o carro esteja no nome adquirido por este deficiente, ele também possa registrar a isenção do IPVA, que já está consignado na lei, já vale, é apenas uma pequena ampliação que o projeto de lei do Deputado Hermas Brandão prevê.

E de uma maneira mal assessorada o Governador do Estado vetou.

A mesma coisa para um filho que tenha Síndrome de Down e que precisa consultar um especialista, que tem que ser carregado nos braços ou numa cadeira de rodas, e é uma família de baixa renda, se ganhar mais de três salários-mínimos não tem o benefício.

Então, temos que entender que quem vive nessas condições de renda baixa tem muita dificuldade para manter a vida da sua própria família. Para essas pessoas, desde que cadastrado, as empresas intermunicipais facultam o acesso uma vez por mês, ou duas vezes por mês, ou uma vez a cada trimestre, é só regulamentar de acordo, facultam o acesso dessas pessoas no Estado do Paraná.

Não tem procedência o veto do Governador do Estado nessa questão, não é possível, eu argumentei ao Governador, o Governador não soube me fundamentar, e a sua assessoria induziu-o a erro. Peço aos Srs. Deputados que derrubem esse veto, uma questão de justiça e de solidariedade com os mais pobres, e sobretudo àqueles

que são mais pobres do que os pobres, porque têm alguma necessidade especial.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (**Pela Ordem**)

Gostaria da mesma forma acompanhar o Deputado Vanhoni, orientar o Bloco do PP e do PSB, os Deputados que aqui comparecem, para que votem à derrubada do veto.

Nós entendemos, como bem diz a campanha da fraternidade de CNBB deste ano, vamos acompanhar então o discurso, colocamos aqui a nossa posição e pedimos para que os Deputados que compõem o Bloco PP/PSB votem pela derrubada do veto.

Muito obrigada!

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Para Encaminhar**)

Em nome do nosso Líder, o Deputado Barbosa Neto, a Bancada do PDT se manifesta favoravelmente.

É lamentável que esse veto tenha ocorrido, mas é preciso observar outra questão. Os contratos com as empresas de ônibus intermunicipais estão vencidos há muito tempo. Não sei se estão operando de uma forma legal para que o Governo possa imprimir a eles obrigação.

Mais do que justa a obrigação de atender aqueles com deficiência. Tendo em vista que os 732 contratos de concessão para transporte de passageiros estão vencidos há longa data, não sei como é que fica.

Como me pronunciei há dias atrás, é hora de esta Casa baixar um decreto legislativo obrigando o Executivo a fazer uma concorrência pública no Estado, para regulamentar esse setor de transporte coletivo intermunicipal, porque estão ganhando muito na passagem e ainda ganham muito na bagagem.

Muito obrigado.

O SR. HERMAS BRANDÃO (**Para Encaminhar**)

Realmente os vetos que estão hoje na pauta merecem uma atenção toda especial dos Parlamentares.

São leis que foram votadas nesta Casa, aprovadas por unanimidade e não havia razão nenhuma de serem vetadas pelo Sr. Governador Roberto Requião. Principalmente os itens 5 e 7.

O do Deputado Tadeu Veneri é transporte gratuito aos portadores de deficiência. Nada mais justo, porque é uma minoria, tão pequena que merece uma atenção especial nossa. E o nosso projeto é para fazer a alteração, onde o pai que tinha um filho deficiente não era contemplado nessa lei.

Pedimos o apoio para a derrubada dos vetos.

Muito obrigado.

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (**Para Encaminhar**)

Apenas para reafirmar que a Bancada do PPS estará votando pela derrubada do veto, uma vez que entendemos que é extremamente meritório.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Só para dizer que iremos votar pela derrubada do veto, porque entendemos que é um projeto, como disseram bem os demais Deputados, que é de fundamental importância, principalmente para os mais humildes, os mais simples e os que mais precisam.

Estranhamos que esse veto tinha sido feito pelo Governador Roberto Requião. Isso é falta de assessoria. É incompetência de alguém que fica ao lado do Governador Roberto Requião.

Como não há uma liderança aqui hoje, acho que vai ser por unanimidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito ao 1º Secretário Carlos Simões que proceda à chamada nominal para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)
(**Procede à chamada nominal**)

37 Srs. Deputados votaram, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito aos Deputados Elton Welter, Nelson Garcia e Litro, para que procedam ao escrutínio dos votos.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Vou aproveitar enquanto os nobres Pares fazem o escrutínio da votação, independente do resultado, não dá para saber se é SIM ou NÃO, dizer que não é a primeira vez que tem ocorrido isso na Casa. Tenho observado na CCJ que inúmeros vetos têm vindo com justificativa equivocada.

Recentemente, tivemos o retorno de um veto no projeto do Tribunal de Justiça que previa o aumento dos serventários; eu fui o relator desse projeto no ano passado, havia justificativa de impacto financeiro, havia a previsão orçamentária, havia a legitimidade porque foi de autoria do Tribunal de Justiça, um órgão independente e, portanto, legitimado a propor. E o Governo do Estado vetou esse projeto com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, dizendo que não havia o impacto financeiro.

Peço, em que pese que o Líder do Governo não está presente hoje, o Vice-Líder ter abdicado na função, mas está a assessoria da Liderança do Governo aqui, que o Governo se cerque de mais cautela por ocasião dos vetos. Os Deputados que estão aqui para fazer o seu papel, têm que ter muito cuidado quando fazem um projeto de lei buscando melhorar a vida dos paranaenses, e muitas vezes um tecnocrata que sequer conhece a realidade ou a legislação em vigor, apóia um veto e induz o próprio Governo a colocar um veto num projeto de lei como esse, que tem uma imensidão de paranaenses necessitando das melhorias do projeto de lei.

Isso é muito mais importante do que outros trabalhos que os Deputados desta Casa se propõem a fazer para justificar o mandato.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
31 NÃO; 06 SIM.

Estão mantidos os projetos e derrubados os vetos.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 336, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 337, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 338, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 339 a 341 e 363, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 342 e 344 a 351, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 343, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** (**A matéria acha-se publicada no final desta Ata**)

Requerimento nº 352, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 354, 355, 370, 373 e 374, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 356, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 357, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 361, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 362, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 364 a 368, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 369, de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 371 e 372, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 375, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. À **Comissão Executiva**.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Especial para terça-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - do relatório da Comissão Especial para escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO BARBOSA NETO, EM SESSÃO DO DIA 13 DE MARÇO DE 2006.

“A Iniquidade dos Homens”

Wilmar Sachetin Marçal
Folha de Londrina

Desde outubro de 2005 estamos vivendo a triste situação da febre aftosa do gado bovino paranaense. De um lado um amorismo sem tamanho por parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) que, perdido em sua incompetência técnica, insuficiente e mal treinada corporação de fiscais e na obsolescência de seus equipamentos analíticos, insiste em contrariar a lei da semiologia que, como arte e ciência, define ser os sinais e sintomas de qualquer enfermidade como condição básica para o diagnóstico clínico.

Por outro lado vivemos a luta da classe de pecuaristas que, com verdades e juízos de razões, demonstraram e continuam a comprovar que o gado bovino paranaense não tem qualquer indício de febre aftosa, reunindo importantes e sérios estudiosos na busca incansável da verdade dos fatos e de tudo que acontece nos bastidores. Há, contudo, outros pontos também a serem considerados nesta indesejável questão. O primeiro é de que o episódio forjado pelo Mapa tem conotação puramente política para desestabilizar o governo do Paraná, que detém um expressivo índice de aceitação popular e incomoda aqueles que querem o poder presidencial a todo custo.

Outro aspecto a ser considerado e que reforça a tese da “aftosa política” relaciona-se ao fato de que pela Lei nº 5517, de 23 de outubro de 1968, define-se ser de competência privativa do médico veterinário o exercício das atividades e funções relacionadas à assistência técnica e sanitária aos animais sob qualquer forma, além da exclusividade do planejamento e execução da defesa sanitária animal. Por isso, seria oportuno que os pecuaristas, sob orientação de nossos renomados juristas, questionassem o gerenciamento ministerial do Sr. Roberto Rodrigues, que, salvo melhor juízo, não é médico veterinário. Já passou da hora de termos um Ministério da Pecuária - exclusivamente -, já que o Brasil detém o maior rebanho comercial de bovinos do mundo, além de números impressionantes de suínos e aves.

Esse cruel massacre que vem ocorrendo nos faz refletir sobre algo que recrudescer nas intenções dos homens a cada ano de eleições no País: perde-se a lógica e o bom senso, esquecem-se as raízes da ciência, desrespeita-se a natureza e suas leis. Apregoa-se somente a falta de equidade nas ações para benefício político-partidário, gerando com isso impactos negativos e irrecuperáveis de nossa economia. Além disso, manchas indeléveis na nossa Pátria, desperdício de alimentos, como carne e leite - num país tão miserável pela fome -, maior adoecimento de nossos povos e a matança pecaminosa de nossos inocentes animais. Que Deus tenha piedade da iniquidade dos homens.

Wilmar Sachetin Marçal é professor e diretor do Hospital Veterinário da Universidade Estadual de Londrina.